

Férias sem estresse

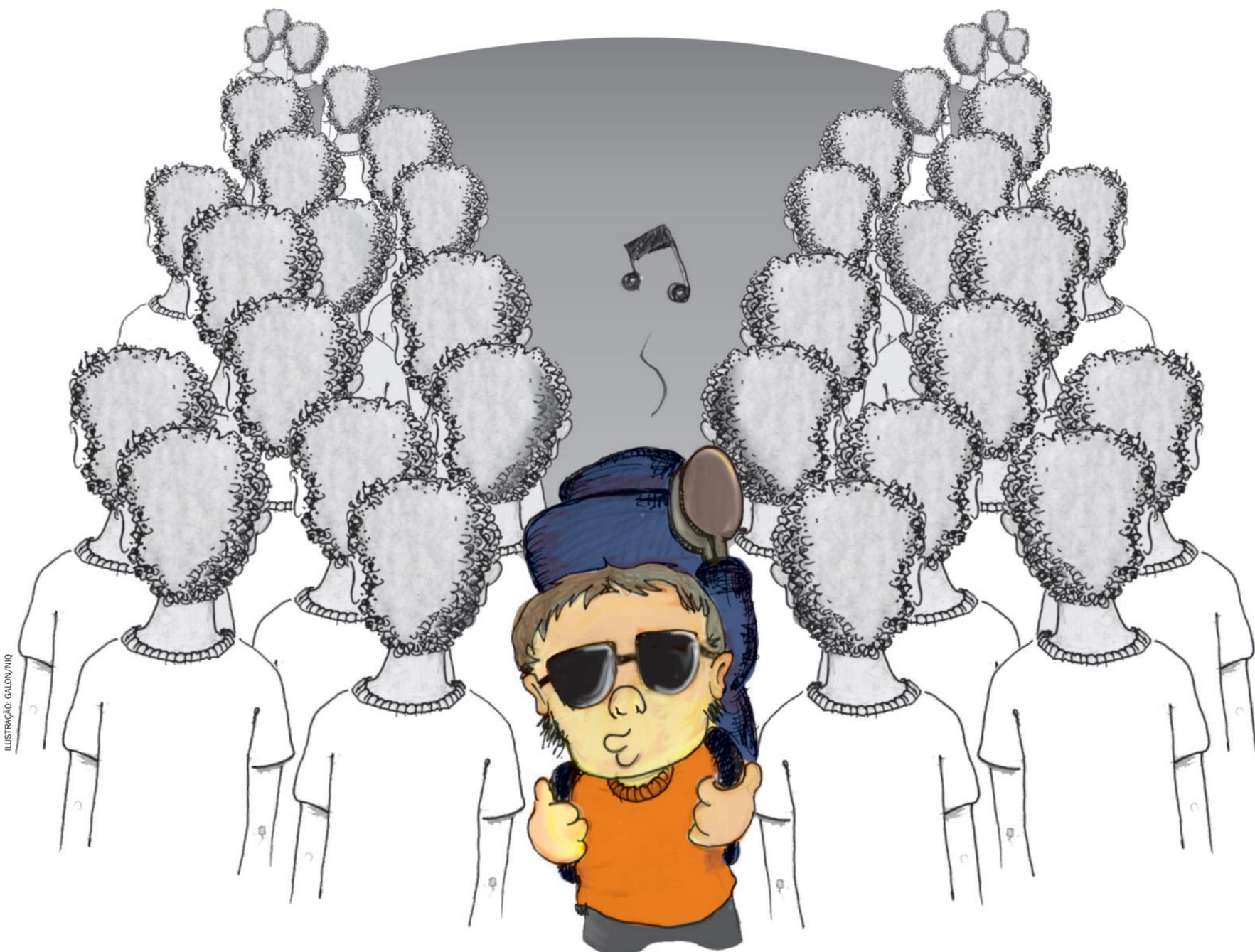


ILUSTRAÇÃO: GALON/NU

Verão É hora de arrumar as malas e finalmente sair de férias. Só não vale colocar na bagagem trabalhos pendentes, agendamento de consultas médicas não realizadas ao longo do ano e preocupações. Esses são alguns consensos entre os professores da

UFRGS entrevistados pelo Caderno JU desta edição sobre a importância de desfrutar um tempo livre. Tarefa que muitas vezes precisa se impor a certas incapacidades de seres conectados-compulsivos, incapazes de esquecer o celular em casa, não ler a cai-

xa de mensagens ou sobreviver à ausência da conexão com a internet. “Achei curioso o tema porque realmente é um assunto sério. Ócio, lazer, tempo livre. A vida acadêmica por vezes passa a impressão de que o que importa é o trabalho, e não estou dizendo

que não o seja, mas o outro lado também é essencial. Gostei!” – comenta Luis Alberto Segovia, professor do departamento de Engenharia Civil da Escola de Engenharia da Universidade, ao [CadernoJU](#) final da entrevista.

ARGENTINA

As causas do embate entre governo e mídia

A lei que prevê a reestruturação dos meios de comunicação do país vizinho gerou conflitos entre o governo e os proprietários de conglomerados midiáticos. Segundo o diretor executivo do Foro de Periodismo Argentino, Andrés D'Alessandro, é importante buscar maneiras de garantir o acesso da população argentina a uma diversidade de canais de rádio e TV. **P4**

SOCIOLOGIA

Brasil e Índia na visão de Sujata Patel

Para a professora da Universidade de Hyderabad, um dos maiores problemas sociais de seu país é o sistema de castas, que gera diferentes tipos de discriminação. Ela destaca também as dificuldades resultantes da concentração populacional, pois, assim como ocorre no Brasil, as grandes cidades indianas não dispõem de infraestrutura e de acesso a serviços básicos. **P10**



FLAVIO DUTRA/JU

INTERCÂMBIO

Estudantes relatam por que vale a pena aderir ao programa Ciência Sem Fronteiras

P11

GIORGIO MORANDI NO BRASIL

Obras emblemáticas em exposição na capital

A Fundação Iberê Camargo exibe até 24 de fevereiro uma exposição dedicada ao mestre bolognês. Além de obras nunca antes vistas em solo brasileiro, a mostra traz o documentário “La polvere di Morandi”, de Mario Chemello, sobre a vida do pintor e gravador,

e painéis com fotos do estúdio do artista feitas pelo fotógrafo Luigi Ghirri. Para o guardião do espólio de Morandi, Carlo Zucchini, ainda falta um estudo sobre a vida desse artista recluso que trabalhava muito mais com a cabeça do que com o pincel. **P12**

Memória

Política estudantil nos bares da Esquina Maldita **P13**

Debate

Plano Nacional de Educação ainda insatisfatório **P8**

Urbanismo

Espaços privados convertidos em centros culturais **P5**

Espaço da Reitoria

Carlos Alexandre Netto
Reitor

Destaque na avaliação externa

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) divulgou em dezembro o Índice Geral de Cursos (IGC). A avaliação, baseada em dados relativos a 2011, revelou a UFRGS com o mais elevado índice contínuo entre todas as universidades: 4,28. Esse primeiro lugar, destaque inédito para nossa instituição, traz muita satisfação e redobrada responsabilidade. Essa conquista é fruto do trabalho comprometido e dedicado de professores, estudantes, servidores técnico-administrativos, gestores acadêmicos e dirigentes engajados no projeto institucional.

O desempenho atingido está longe de ser acidental, já que a UFRGS figura entre as cinco melhores universidades avaliadas desde a primeira edição do IGC. Criado pelo Inep em 2007, o IGC inclui as avaliações da graduação, da pós-graduação, da qualidade do corpo docente, da organização didático-pedagógica e da infraestrutura institucional.

Trata-se de um indicador tecnicamente complexo que avalia comparativamente as mais de duas mil instituições que compõem o sistema nacional de educação superior.

Em todas as edições do IGC, as dez melhores universidades do país são públicas, federais ou estaduais. Dos cursos das 226 universidades avaliadas, 92,5% dos oferecidos pelas instituições públicas tiveram conceitos de 3 a 5 e 80% têm IGCs entre 3 e 5. Entre as privadas, 58% atingem tal desempenho. Panorama semelhante emerge dos resultados no estado: entre as dez com melhores índices, oito são públicas e duas privadas confessionais, todas com índice 4 ou 5, muito bom ou excelente.

O desempenho superior das instituições públicas tem raízes históricas, como a concentração de talentos, a tradição da integração ensino/pesquisa/extensão e a seleção competitiva para o ingresso dos estudantes. Nos últimos anos, como resultado

de corajosa política pública de apoio à expansão e do incremento dos recursos para pesquisa e inovação, as universidades federais passaram a renovar os quadros de professores e técnicos administrativos, a planejar seu desenvolvimento e a expandir-se academicamente. Todos esses fatores têm impacto positivo no IGC.

Houve melhora generalizada na qualidade do desempenho das instituições entre 2008 e 2011, mas há ainda muito a avançar. A cultura da avaliação interna e externa e a constante busca da qualidade acadêmica são vetores constantes da gestão institucional. O desafio que agora se apresenta é o de conquistar reconhecimento internacional e construir a UFRGS de classe mundial. A avaliação será precioso instrumento de indução da nossa excelência acadêmica, necessária para melhor formar, incluir, criar, inovar e, assim, contribuir decisivamente para o desenvolvimento do país.

UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Av. Paulo Gama, 110 - Bairro Farroupilha,
Porto Alegre - RS | CEP 90046-900
Fone: (51) 3308-7000 | www.ufrgs.br

Reitor
Carlos Alexandre Netto
Vice-reitor
Rui Vicente Oppermann
Chefe de Gabinete
João Roberto Braga de Mello
Secretário de Comunicação Social
Ricardo Schneiders da Silva

JORNAL DA UNIVERSIDADE
Publicação mensal da Secretaria de
Comunicação Social da UFRGS
Fones: (51) 3308-3368 / 3308-3497
Email: jornal@ufrgs.br

Conselho Editorial
Cassiano Kuchembeck Rosing, Cesar Zen
Vasconcellos, Daltro José Nunes, Edson Luiz
Lindner, Fernando Cotanda, Flávio Porcello,
Maria Heloisa Lenz, Maria Henriqueta Luce
Krusse, Ricardo Schneiders e Rudimar Baldissera

Editora
Ánia Chala

Subeditora
Jacira Cabral da Silveira

Repórteres
Ánia Chala, Everton Cardoso,
Jacira Cabral da Silveira e Samantha Klein

Projeto gráfico
Juliano Bruni Pereira e
Kleiton Semensatto da Costa (Cadermo JU)

Diagramação
Kleiton Semensatto da Costa

Fotografia
Flávio Dutra (editor), Cadinho Andrade e
Thiago Cruz

Revisão
Antônio Falcetta

Bolsistas
Bibiana Guaraldi, Bruno Cobalchini Mattos,
Manuela Martins Ramos e Priscila Kichler
Pacheco (jornalismo)

Circulação
Márcia Fumagalli

Fotolitos e Impressão Gráfica da UFRGS
Tiragem 12 mil exemplares

facebook.com/jornaluniversidade

@jornalufrgs

Mural do leitor

jornal@ufrgs.br

Uso de plantas medicinais

Quero parabenizá-los pela temática da matéria sobre as ervas medicinais (JU 154 - novembro). Porém, a reportagem merece uma ressalva. A repórter deveria ter feito um trabalho de apuração que fosse além das entrevistas com duas professoras da área de fitoterápicos. Acho que faltou maior polifonia. Pois vejamos: não há citação de qualquer consumidor desses medicamentos. Além disso, ambas as pesquisadoras são das ciências naturais (quando há pesquisadores da área das humanas que poderiam ter apresentado outras perspectivas sobre a questão). Espero que minha crítica sirva para manter o nível do JU, que tem trazido, por exemplo, entrevistas memoráveis.

► **Juliano Almeida, mestrando em Antropologia Social-UFRGS**

JU recebe Menção Honrosa no Prêmio ARI

A repórter Caroline da Silva e o estudante de Jornalismo da Fabico João Flores da Cunha receberam menção honrosa no Prêmio ARI de Jornalismo 2012 pela reportagem "Crescimento sem freios - um rumo para Porto Alegre", publicada na edição 145 do Jornal da Universidade.

Artigo

Nova agenda em estudos avançados: ILEA

A experiência dos Institutos de Estudos Avançados vem dos Estados Unidos: da Fundação Russell Sage, de Nova Iorque (1907), e do Instituto de Estudos Avançados de Princeton (1930). A missão era incentivar a investigação fundamental na área das ciências e humanidades, estimulando os avanços no conhecimento, mudando a maneira como entender o mundo e aplicar tais descobertas à melhoria das condições sociais da vida.

Atualmente, existem 47 órgãos com esse caráter distribuídos pela Europa, América do Norte, Ásia, América do Sul e África. Foram criados em momentos cruciais: de 1907 a 1963, cinco; de 1968 a 1978, na primeira crise global, outros quatro; e mais cinco até 1991. Desde 1992, assistimos à implantação de 33 institutos, acompanhando a Era da Mundialização das Condições e produzindo um fenômeno acadêmico mundial.

Tais centros estão organizados em duas redes mundiais. A primeira é o SIAS - Some Institutes for Advanced Study -, que define esses institutos como lugares para estudos avançados em termos de um compromisso com os mais elevados padrões. A segunda rede é a UBIAS - Institutos de Estudos Avançados Baseados em Universidades -, composta por 37 instituições e coordenada pelo Freiburg Institute for Advanced Studies, da Alemanha. Compreende instituições voltadas à pesquisa, à reflexão crítica e à relevância social do conhecimento, com a ideia de liberdade permeando a multiplicidade de visões científicas e humanistas.

No Brasil, existem cinco: o Instituto de Estudos Avançados da USP (1986); o Instituto Latino-americano de Estudos Avançados - ILEA, da

UFRGS (1994); o Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares da UFMG (2007); o Instituto Mercosul de Estudos Avançados, da Unila (2009); e o Centro de Estudos Avançados da Unicamp (2009).

O ILEA "tem por finalidade criar condições efetivas para o desenvolvimento de atividades, programas e projetos de abrangência nacional e internacional que contribuam de forma significativa para o progresso acadêmico, científico, tecnológico e cultural". Estão privilegiadas as propostas de colaboração acadêmica interinstitucional, o intercâmbio de professores, pesquisadores, técnicos e estudantes entre universidades e instituições nacionais e internacionais. As atividades do Instituto abrangem tanto o estudo das ciências quanto o das humanidades, com abordagem multidisciplinar, compreendendo um Centro de Informações e Documentação.

A nova Gestão do ILEA insere-se no atual programa da reitoria da UFRGS: uma universidade pública com qualidade, inclusão social e sustentabilidade, para construir uma UFRGS criativa, com responsabilidade social, e para estimular a mundialização acadêmica. Uma universidade de classe mundial.

Esses princípios nortearão nossa missão no ILEA. Em primeiro lugar, a expansão da inovação em um processo no qual a educação estimula a descoberta, seguindo o princípio da complexidade, ou seja, a multidimensionalidade, a multicausalidade e a inter-relação entre fenômenos múltiplos. Em segundo, o reconhecimento da diversidade social e cultural, para construir uma cidadania transformadora. Em terceiro, a busca da participação do Estado e da sociedade civil nos planos universitários, assumindo o compromisso com as Ações Afirmativas.

Em quarto, a circularidade fecunda entre Ensino, Pesquisa e Extensão, com planejamento, avaliação e o diálogo entre os saberes teóricos e práticos.

A Universidade e o ILEA orientam-se pela perspectiva da mundialização solidária, buscando uma sociedade justa, com redução das desigualdades sociais, respeito aos direitos humanos, e oferecendo um melhor destino às novas gerações.

Seguiremos, também, a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação: as tecnologias da informação e da comunicação; o complexo da saúde, do petróleo e do gás, aeroespacial e nuclear; a bio e a nanotecnologia; o fomento às energias renováveis e à biodiversidade; e a aplicação das pesquisas ao desenvolvimento: a melhoria do ensino científico, a inclusão produtiva e as cidades sustentáveis.

Vamos expandir, desde o Câmpus do Vale, o diálogo interdisciplinar entre as ciências e as humanidades: das matemáticas, engenharias, ciências da computação, física quântica, biologia molecular e as ciências da saúde e da medicina, até as artes, as letras, as ciências humanas e as ciências sociais aplicadas, potenciando as metodologias informacionais em um padrão de trabalho científico do século XXI.

Desejamos discutir com todos a nova agenda do ILEA - UFRGS. O objetivo geral é desenvolver programas estruturantes, projetos e atividades em redes acadêmicas interdisciplinares e interinstitucionais, de abrangência local, nacional e internacional, com o intuito de estimular o avanço do conhecimento científico e humanístico, fomentar as novas tecnologias, subsidiar as políticas públicas e promover a divulgação da ciência e da cultura.

Para tanto, nos propomos: promover o intercâmbio

bio acadêmico em arquitetura de redes mundiais, com professores e pesquisadores visitantes; estimular a abordagem transdisciplinar da produção do conhecimento; participar da Rede Mundial de Institutos de Estudos Avançados baseados em Universidades e pleitear uma Cátedra Unesco; desenvolver redes de pensamento estratégico e cenários de futuro, envolvendo atores sociais e políticos; realizar periodicamente um conjunto de atividades (cursos de extensão, conferências, seminários, teleconferências, oficinas, ciclos de cinema, galeria de artes visuais, concertos de câmara e escolas de verão); instalar o Centro de Informações e Documentação da Contemporaneidade e um sistema de divulgação científica; organizar atividades congregando as diversas culturas brasileiras (as contribuições da imigração europeia, asiática e dos países africanos, em particular os de língua portuguesa); e trabalhar em conjunto com as políticas de ações afirmativas da UFRGS.

Vamos garantir no ILEA um espaço acadêmico de complexidade, interdisciplinaridade, crítica, criatividade; de interação com a sociedade, com as políticas públicas e com difusão cultural. Participaremos da formação de cidadãos e cidadãs com responsabilidade social em uma cidadania mundial. Pretendemos realizar uma missão pública, um compromisso intelectual e um sonho de sociedade, estimulando as ciências e humanidades a contribuir crítica e criativamente para um tempo de mundialização de esperanças.

José Vicente Tavares-dos-Santos
Diretor do Instituto Latino-americano de Estudos Avançados da UFRGS / ilea@ufrgs.br

Memória da UFRGS

ACERVO LUME / UFRGS



1970

Desfile de abertura dos Jogos dos Calouros da UFRGS (JoCalouros), realizado no estádio do Esporte Clube Cruzeiro em 4 de abril de 1970. No centro da foto, o estandarte da Federação Atlética dos Acadêmicos da UFRGS (FAAURGS).



Obras do artista na XXX Bienal de SP: em primeiro plano, “A Função do Ontem - casa demolida” (2012); ao fundo, “Conjunto Vazio” (1998), vista parcial



Pesquisa em Pauta

Autismo: mitos, verdades e perspectivas

O autismo é uma disfunção global do desenvolvimento, caracterizada por dificuldades na comunicação, na interação social e no uso de imagens. Seus sintomas geralmente começam a se manifestar a partir dos 3 anos de idade. Descrito pela primeira vez em 1943, o transtorno atinge, atualmente, cerca de 70 milhões de pessoas em todo o mundo.

Para debater sobre o assunto, o ‘Pesquisa em Pauta’ entrevistou a pesquisadora Lavinia Schüler Faccini. Ela é professora associada do Instituto de Biociências da UFRGS e atua no Serviço de Genética Médica do Hospital de Clínicas de Porto Alegre. Lavinia explica que o autismo é o mais conhecido Transtorno do Espectro Autista, que também engloba o Transtorno de Asperger e outras alterações. “É um grupo grande em que a frequência tem aumentado nos últimos anos. Boa parte desse aumento pode ser creditada à melhoria do diagnóstico, uma vez que muitos casos que não eram diagnosticados passaram a ser”, comenta.

A pesquisadora diz que tanto a genética quanto os fatores genéticos estão envolvidos na etiologia dos transtornos. “A herdabilidade do autismo é bastante alta. Em parte, pode ser de causa genética, mas também por características ambientais compartilhadas”, declara.

Lavinia também destaca o estudo do caso dos gêmeos de Cândia Godói, no interior do Rio Grande do Sul, que ajudou a descartar a ideia de que o alto índice de gemelaridade da cidade gaúcha estava associado a um possível experimento genético realizado pelo médico alemão Josef Mengele. “Mostramos que o que acontece lá é uma dessas questões demográficas que a gente chama de efeito fundador. As primeiras pessoas que chegaram àquela localidade tinham uma predisposição genética a ter maior número de gêmeos”, explica. A estudiosa ainda afirma que, inclusive nesse caso, os fatores ambientais podem apresentar influência.

Para a pesquisadora, a sabedoria popular pode criar entendimentos equivocados sobre doenças, mas também pode ajudar a encontrar novos conhecimentos. “Há uma possibilidade, dentro dessa cultura popular, que a gente deve investigar sempre porque pode ter fundo de verdade, que só depois a gente vai identificar”, conclui.

*Júlia Endress, estudante do 5.º semestre de Jornalismo da Fabico

Assista aos programas

Pesquisa em Pauta - Genética do Autismo, com a professora Lavinia Schüler Faccini, vai ao ar no dia 14 de fevereiro, às 20h, com reprise às 23h no canal 15 da Net. Após essa data, o programa estará disponível na Internet, no canal da UFRGS TV no youtube.com/ufrgstv

Professor do Instituto de Artes participa da Bienal de Veneza

Reconhecimento Hélio Ferverza é um dos dois artistas selecionados para representar o Brasil em evento referência nas artes visuais

O professor Hélio Ferverza, do Programa de Pós-graduação em Artes Visuais do Instituto de Artes (IA/UFRGS), juntamente com o paranaense Odires Mlászho, representará o Brasil na 55.ª Bienal de Veneza, que será realizada de 1.º de junho a 24 de novembro deste ano. Considerada um dos mais importantes eventos internacionais de arte contemporânea, a próxima edição da Bienal de Veneza terá a curadoria de Massimiliano Gioni, diretor associado e curador no New Museum de Nova York. A despeito de várias pausas resultantes de problemas sociais e políticos, a Bienal é celebrada desde

1895 e tem se mantido na liderança na área da pesquisa e promoção das novas tendências artísticas.

“É um evento de enorme importância, pois deu origem a esse tipo de exposição no âmbito mundial, além do fato de ser uma promoção centenária”, destaca o artista, que há 18 anos trabalha na Universidade. Natural de Sant’Ana do Livramento, Ferverza frequentou o Atelier Livre de Porto Alegre quando tinha 20 anos, graduou-se pela École Supérieure des Arts Décoratifs de Strasbourg (França) e doutorou-se em Artes pela Université de Paris/Panthéon-Sorbonne.

A seleção dos artistas brasileiros para expor na terra de Marco Polo foi realizada a partir daqueles que participaram da 30.ª Bienal de São Paulo, ocorrida no período de 7 de setembro a 9 de dezembro de 2012. O responsável pela indicação foi o venezuelano Luis Pérez-Oramas, curador da bienal paulista.

Em Veneza, o pavilhão brasileiro contará com três espaços: um destinado às obras históricas produzidas no país e também às expostas na bienal paulista; e outras duas salas nas quais cada artista apresentará seus trabalhos inéditos.

Conquistas ilimitadas

Premiações reafirmam compromisso social da Universidade

O ano de 2012 foi repleto de conquistas para a comunidade da UFRGS, que recebeu prêmios e distinções por iniciativas nas mais diversas áreas do conhecimento.

Mais do que o reconhecimento da contribuição de cada indivíduo ou grupo para sua área de pesquisa, essas distinções representam um incentivo para a busca contínua pela excelência. Como forma de homenagear todos os que trabalharam para que a Universidade atingisse o atual patamar de qualidade, o JU publica um resumo das principais premiações recebidas ao longo do ano que passou.

Pesquisador Gaúcho – A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (Fapergs) premiou cinco docentes da UFRGS: Wilson Kindlein Júnior, na categoria Arquitetura, Urbanismo e Design; Carlos Pérez Bergmann, em Engenharias; Kepler de Souza Oliveira Filho, em Física e Astronomia; Philippe Alexandre Navaux, na categoria Matemática, Estatística e Computação; e Tiago Roberto Balen, na categoria Tese Inovação Gaúcha.

Capes/Teses 2012 – A Universidade esteve entre as instituições com maior número de vencedores. Foram quatro teses premiadas e outras seis destacadas com menção honrosa. Os trabalhos vencedores foram: “Quando o projeto é patrimônio: a modernidade pós-toma em questão”, de Ana Carolina Santos Pellegrini, orientada por Carlos Dias Comas, do PPG em Arquitetura, na área Arquitetura e Urbanismo; “Mapeamento de aspectos afetivos em um ambiente virtual de aprendizagem”, de Magali

Teresinha Longhi, orientada por Patrícia Behar, do PPG em Informática na Educação, na área Interdisciplinar; “Avaliação das propriedades físico-químicas e mecânicas de filmes finos de VC, Si3N4 e TiN/Ti”, de Cesar Aguzzoli, orientado por Israel Baumvol, do PPG em Ciência dos Materiais, na área de Materiais; “Biomarcadores periféricos no transtorno bipolar: um estudo de base populacional em adultos jovens”, de Pedro Vieira da Silva Magalhães, orientado por Flávio Kapczinski, do PPG Ciências Médicas: Psiquiatria, na área de Medicina.

Jovem Cientista – Dentre os vencedores da edição 2012 estão Caetano Decian Lazzari, estudante de mestrado em Engenharia Elétrica, com o trabalho “Desenvolvimento e estudo de uma plataforma biomecânica aplicada ao ciclismo”, orientado por Alexandre Balbinot; e o professor Luiz Fernando Kruehl, da Escola de Educação Física (ESEF), que recebeu Menção Honrosa por sua trajetória de pesquisa e desenvolvimento nas áreas de esporte e saúde.

Santander Universidades – Os docentes Ivo André Schneider, da Escola de Engenharia, e Ana Lucia Bazzan, do Instituto de Informática, se destacaram na área de Ciência e Inovação. A UFRGS foi a única instituição a conquistar mais de um troféu.

Academia de Ciências do Mundo – O químico e pesquisador Jairton Dupont foi eleito membro titular da Academia de Ciências do Mundo (TWAS), durante a 12.ª Conferência Geral e A 23.ª Reunião Geral, realizada em setembro de 2012 na

China. No mesmo evento, Dupont recebeu o prêmio TWAS em Química concedido em 2011. O professor é um dos oito cientistas brasileiros que passam a fazer parte da Academia, que reúne representantes de nações em desenvolvimento.

L’Oréal-Unesco para as Mulheres e a Ciência – A professora Márcia Barbosa, diretora do Instituto de Física da UFRGS, foi uma das cientistas agraciadas com o 15.º Prêmio L’Oréal-Unesco para as Mulheres e a Ciência. Ela foi premiada pela descoberta de uma anomalia da água que poderá levar a uma melhor compreensão do mecanismo de dobramento de proteínas, essencial para o tratamento de certas doenças.

O Futuro da Terra – Cinco docentes da UFRGS estão entre os agraciados com o Prêmio entregue na Expointer, no Parque Assis Brasil, em Esteio. Foram agraciados dois professores vinculados à Faculdade de Agronomia: João Mielniczuk, docente convidado do Departamento de Solos e do PPG em Ciência do Solo, na categoria Destaque Especial; e Sérgio Francisco Schwarz, professor adjunto do Departamento de Horticultura e Silvicultura, na categoria Novas Alternativas Agrícolas. Entre os contemplados estão também as professoras Ilsi Boldrini e Sílvia Terezinha Miotto, do Instituto de Biociências, que atuam em disciplinas do curso de Agronomia, na categoria Preservação Ambiental, e o professor David Driemeier, da Faculdade de Veterinária.

Qualidade RS – Entre os vitoriosos da 17.ª edição deste prêmio está o Laboratório de Metalurgia Física da

UFRGS (LAMEF), vinculado à Escola de Engenharia da Universidade.

Friedrich Wilhelm Bessel – O professor Carlos Eduardo Pereira, vice-diretor da Escola de Engenharia da UFRGS, recebeu esta importante distinção internacional. Promovido pela Fundação Alexander von Humboldt, da Alemanha, o título é concedido a pesquisadores estrangeiros de renome, em reconhecimento às contribuições científicas realizadas em suas áreas de atuação.

Paulo Freire – Considerada referência na área de gênero, sexualidade e educação, a professora da Faculdade de Educação Guacira Lopes Louro foi homenageada com o Prêmio Paulo Freire, concedido durante a 35.ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (Anped).

Celso Furtado – Duas teses da UFRGS foram premiadas: o trabalho de Antônio Paulo Cargnin, ex-aluno do Programa de Pós-graduação em Geografia, orientado pelo professor Aldomar Rückert, venceu o prêmio de melhor tese de doutorado em Desenvolvimento Regional no Brasil. A segunda tese premiada foi de Rosmari T. Cazarotto, orientada pelo mesmo docente, que tratou do desenvolvimento regional nas regiões do Vale do Taquari e do Rio Pardo a partir das inovações dos polos de inovação tecnológica.

Jabutí – O livro “40 microcontos experimentais”, do professor Airton Cattani, da Faculdade de Arquitetura, ficou em segundo lugar na categoria Projeto Gráfico. Em 2011, a obra já havia vencido o Açorianos na mesma categoria.



Dos meios às mediações

Política

Lei que reestrutura os meios de comunicação argentinos é motivo de conflito entre governo e grupos de mídia

“Cristina Kirchner está fora de si.” “O Grupo Clarín ainda é aquele mesmo que defendeu a ditadura na Argentina.” “A lei é uma reivindicação de todo o povo argentino, imprescindível à democracia.” “Querem legalizar a censura de Estado.”

Como costuma acontecer na vida política da Argentina, marcada muitas vezes pela polarização de ideias, a Lei de Meios vem gerando comentários extremados de todos os tipos. Embora ela seja retratada em muitos discursos como uma mera querela entre a presidente Cristina Kirchner e o Grupo Clarín, maior conglomerado midiático do país vizinho, sua aplicação é muito mais ampla: trata-se de uma proposta complexa de reestruturação da comunicação que afeta todos os veículos argentinos em atividade, bem como outros setores da sociedade.

Lei de Meios – Oficialmente intitulada *Ley de Servicios de Comunicación Audiovisual*, a Lei 26.522 tem como objeto “a regulação dos serviços de comunicação audiovisual em todo o âmbito territorial da República Argentina”, bem como o desenvolvimento de mecanismos para “a democratização e a universalização” das novas tecnologias de informação e comunicação, visando garantir uma pluralidade de vozes na mídia local. Ela foi aprovada em 10 de outubro de 2009 e substituiu uma legislação anterior, promulgada durante a ditadura militar que governou o país entre 1976 e 1983. Sua origem não se deu dentro do governo de Cristina, muito embora a presidente tenha defendido a sua aprovação. Trata-se de um texto elaborado de forma colaborativa a partir das reivindicações de diversos extratos da sociedade civil e posteriormente encaminhado às vias legislativas.

A nova norma estabelece que as faixas de transmissão de audiovisual no país devem ser divididas em três partes iguais. Uma delas seria destinada a veículos do próprio Estado; a segunda seria compartilhada por organizações sem fins lucrativos (como rádios comunitárias ou ligadas a universidades, sindicatos e cooperativas – instituições que, atualmente, lutam por um maior direito de voz nos debates públicos); e a última ficaria à disposição da iniciativa privada. Além disso, seus 166 artigos proíbem empresas estrangeiras de ter mais de 30% das ações de um meio audiovisual. Exige-se que ao menos 60% da programação dos canais de TV aberta seja de produção nacional e – o ponto mais polêmico – crie diversas restrições à concentração da posse de veículos por parte de uma única empresa, sob a alegação de quebra de monopólio e da defesa da pluralidade de informações e pontos de vista.

Conforme a lei, as empresas que não atendessem a essa última determinação teriam o prazo de um ano para se desfazerem das posses que excedessem o limite previsto e, assim, adequarem-se às exigências. Inicialmente, a questão foi suspensa pela justiça e ficou em discussão até maio de 2012, quando foi determinado que o prazo final para as mudanças seria o último dia 7 de dezembro. No entanto, o Grupo Clarín – que



Cartazes nas ruas de Buenos Aires fazem alusão ao 7 de dezembro, data em que grupos midiáticos deveriam apresentar seus planos de reestruturação

teria de vender 15 licenças de espaço radioelétrico, 213 de TV por assinatura e nove sinais de TV paga – obteve uma liminar na justiça sob a argumentação de que a medida era inconstitucional. A liminar foi derrubada uma semana depois pelo juiz Horacio Alfonso. Até o fechamento desta matéria, o Grupo ainda não havia se pronunciado a respeito de suas medidas futuras.

Cristina versus Clarín – O Clarín é o maior conglomerado midiático da Argentina e um dos maiores da América Latina. Além do jornal de mesmo nome – o de maior circulação no país –, possui dezenas de emissoras de rádio, canais de TV aberta, a cabo e por satélite, editoras de material impresso, agências de produção de conteúdo e um provedor de Internet. A projeção e o poder político da empresa fizeram com que o presidente e diretor executivo do Grupo, Héctor Magnetto, mantivesse uma relação de proximidade com Néstor Kirchner, o falecido ex-presidente e marido de Cristina.

A relação entre Magnetto e o casal se deteriorou a partir de 2008 (Cristina era então a presidente eleita – Néstor governou na gestão de 2003 a 2007), quando foi criado um novo imposto sobre as exportações do setor agrícola do país. O Clarín se posicionou ao lado dos produtores, e o governo de Cristina acusou-o de defender seus interesses econômicos em detrimento da imparcialidade na veiculação de informações (o Clarín organiza, ao lado do jornal La

Nación, a Expoagro – maior exposição agropecuária do país). Cristina, que já mantinha pouco contato com a imprensa (concedeu apenas cinco entrevistas coletivas desde que foi eleita), rompeu relações com o grupo.

É preciso garantir o acesso a uma diversidade de canais de rádio e tv

A situação se agravou ainda mais após os incidentes envolvendo a Papel Prensa, única fábrica de papel-jornal argentina, cujos maiores acionistas eram o Grupo Clarín e o La Nación. Alegando que ambos dificultavam a compra do material por parte de jornais independentes, uma vez que não havia alternativas para a sua obtenção, o governo argentino declarou o papel-jornal um bem de interesse público e, assim, abriu caminho para uma lei aprovada em dezembro de 2011, autorizando agentes do Estado a intervir nos critérios de produção da empresa.

No entanto, a aplicação da Lei de Meios não deve ser encarada como uma mera disputa entre a atual presidente e o conglomerado. É o que alerta o professor de História e doutorando

em Comunicação e Informação pela UFRGS Ivan Bomfim, que pesquisa as relações entre Brasil e Argentina sob o viés midiático. “Em primeiro lugar, é preciso apontar que nenhuma das partes está sendo ingênua. É claro que o Grupo Clarín está defendendo seu poder, e é claro que Cristina está fazendo um uso político da lei. No entanto, tratá-la como uma mera provocação política seria um absurdo. Não é Cristina versus Clarín – é uma posição contra a outra”, aponta. Ele lembra ainda que diversos conglomerados midiáticos argentinos, como o Grupo Uno, o Grupo Indalo, o Telefé e o Telecentro, também são afetados pelas restrições impostas pela lei.

As críticas – Embora muitos dos setores contemplados pela Lei de Meios tenham críticas e reservas em relação à nova regra, grande parte delas não diz respeito ao conteúdo aprovado, mas sim às suas lacunas e à maneira como está sendo aplicada.

Em primeiro lugar, há a acusação por parte de alguns dos grupos afetados de que o governo estaria censurando a veiculação na mídia de informações contrárias aos seus interesses. Para Bomfim, trata-se de uma afirmação vazia, uma vez que não há nenhum tipo de intenção de implementar qualquer análise prévia do material veiculado. Por outro lado, independentemente da lei, é certo que há uma atuação direta do governo argentino no fortalecimento de determinados veículos de comunicação em atuação no país por meio da compra de espa-

ços de publicidade. Em 2010, foi gasto em publicidade estatal o equivalente a 278,6 milhões de dólares – a maior parte destinada a veículos pró-governistas. Ao criticar tal prática, a deputada Alcira Argumedo, do partido de esquerda Proyecto Sur, disse que o governo estava tentando implementar um “amigopólio” dos meios de comunicação.

Outra queixa diz respeito ao pouco espaço dedicado ao papel dos jornalistas e aos demais profissionais de comunicação. “Somos mencionados de passagem, como meros fornecedores de conteúdo, e é sabido que nossa atividade não é um simples insumo do processo industrial informativo. Nossa profissão está fortemente ligada à própria existência do sistema democrático”, afirma Andrés D’Alessandro, diretor executivo do Foro de Periodismo Argentino. Ele ressalta também a importância de se exigir a publicação de um código de ética empresarial pelos grupos de comunicação, que eles possuam uma equipe própria de produção jornalística e, finalmente, que o governo busque maneiras de garantir o acesso a uma diversidade de canais de rádio e TV pelas populações de todas as regiões do país.

Nessa disputa, nenhuma das partes está sendo ingênua

Há também aqueles que aprovam a lei, mas têm ressalvas quanto à maneira como ela está sendo posta em prática. É um argumento comum entre algumas das organizações sociais que participaram de sua elaboração, mas se dizem descontentes com o uso político que Cristina Kirchner está fazendo dela. A sensação é compartilhada por Léo Gerchman, jornalista do Grupo RBS graduado pela Fabico que já trabalhou na Argentina como correspondente internacional. “Para mim, é muito claro que há uma perseguição ao Grupo Clarín. Em tese, a Lei de Meios é muito importante, mas ela está sendo conduzida de forma casuística, com o objetivo claro de atingir um conglomerado que é, de fato, muito grande. Mas é possível fazer uma lei que democratize as comunicações sem atingir as empresas que já existem. É possível abrir novas possibilidades sem fechar as que já existem”, argumenta.

D’Alessandro, embora prefira não se manifestar sobre o caso específico do Grupo Clarín, também assume uma postura cética. “Pela maneira como se deu seu processo de elaboração e no próprio texto, a lei manifesta o objetivo de aumentar a diversidade de vozes e conteúdos em circulação na mídia. Mas ainda temos que observar como será sua execução por meio de ações concretas e como se comportarão os contemplados, tanto no caso do Estado como no caso da iniciativa privada”, avalia. Opinião semelhante à expressa por Martín Becerra, pesquisador e professor da Universidade Nacional de Buenos Aires, no programa televisivo *Palabras + Palabras*: “Acredito que a lei é um avanço enquanto texto e garantia de direitos, mas sou muito crítico em relação à maneira como o governo a vem aplicando até agora. E, assim como ocorre com muitas outras leis de caráter inclusivo que acabam não sendo cumpridas na Argentina, acredito que o desafio para os cidadãos é criticar e insistir para que sejam cumpridas”.

Bruno Cocalchini Mattos, estudante do 8.º semestre de Jornalismo da Fabico



Memória revitalizada

Inaugurado em 2000, o Memorial do RS, na Praça da Alfândega, já foi sede dos Correios e Telégrafos

Urbanismo Conversão de espaços privados em centros públicos de cultura resgata centro da capital

Se alguém fosse transportado da Porto Alegre da década de 1930 para os dias de hoje, se espantaria com muitas coisas, mas encontraria em alguns pontos um cenário familiar. Quando passasse pelo Hotel Majestic, pelo Banco Nacional do Comércio, pelo prédio do “Força e Luz”, pelos Correios e Telégrafos ou pela Delegacia Fiscal, pensaria que pouca coisa mudou e que o tempo foi generoso.

A surpresa viria se entrasse em algumas dessas edificações, que hoje abrigam, respectivamente, a Casa de Cultura Mário Quintana, o Santander Cultural, o Centro Cultural CEEE Erico Veríssimo, o Memorial do Rio Grande do Sul e o Museu de Arte do Rio Grande do Sul Ado Malagoli. A conversão de equipamentos urbanos privados em centros culturais abertos ao público motivou a restauração e a preservação de prédios tradicionais do centro da cidade, revitalizando a região, além de aumentar a democratização do acesso à cultura, já que todos esses espaços oferecem programação com entrada franca.

Volta às origens – Durante o século XIX e a primeira metade do século XX, o centro da capital foi também o núcleo da vida urbana da cidade. A expansão de Porto Alegre iniciou-se a partir das margens do Guaíba, e a Rua dos Andradas (ou Rua da Praia), paralela à orla, consolidou-se ainda no século XIX como a mais importante da cidade: habitada e frequentada pelas classes dominantes, abrigava ainda os mais prestigiados estabelecimentos comerciais. No entanto, ao longo do século seguinte, o curso do crescimento da cidade alteraria essa posição destacada do centro, que sofreu um processo de degradação. O professor, economista e mestre em Planejamento

Urbano Leandro Valiati explica que essa é uma trajetória comum aos centros das capitais brasileiras. “As décadas de 60, 70 e 80 foram marcadas pelo desenvolvimentismo que converteu esses aglomerados em algo absolutamente funcional, tornando-os o coração do sistema de transportes. Com isso, houve uma grande saída de pessoas de classe média para bairros mais afastados, uma ‘suburbanização’ – no sentido norte-americano do termo subúrbio.”

No entanto, esse processo ocorreu de forma um pouco diferente em Porto Alegre. Apesar do esvaziamento provocado pela funcionalização da região, o centro da cidade conservou ainda algumas zonas tradicionalmente residenciais. Para Valiati, “este fator é um diferencial, pois as pessoas *praticam* o centro muito além do seu aspecto funcional”. Somando-se a isso, principalmente durante a década de 90, observou-se o surgimento de elementos de revitalização do valor simbólico daquela região a partir da conversão de prédios históricos em instalações de cultura, mantendo aspectos de suas funções primárias.

Primeiro foi o prédio da Delegacia Fiscal que, cedido para abrigar o Museu de Arte do Rio Grande do Sul (MARGS) em 1974, reabriu suas portas já como museu quatro anos depois – o tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) viria apenas em 1981. Após passar por dois processos de restauro (entre 1996 e 1998, e de 2006 a 2007), o prédio projetado pelo arquiteto alemão Theodor Alexander Josef Wiederspahn passou a ter também os atributos necessários para abrigar grandes exposições de arte.

Depois foi o prédio do Hotel Majestic que, em 1983, quando foi arrolado como patrimônio histórico, pouco lembrava os dias de glória do hotel que fora o mais importante da cidade, tendo abrigado artistas e políticos influentes. Apesar do passado ilustre, foi o nome de um poeta que ali viveu quando o local já estava em decadência o que marcou a nova fase daquele espaço: entre 1987 e 1990, uma grande reforma transformou o antigo Hotel Majestic na Casa de Cultura Mário Quintana que conhecemos hoje. Os traços considerados ousados à época

de sua construção (iniciada em 1916 e concluída em 1933) foram desenhados pelo mesmo Wiederspahn, que projetou também a Secretaria da Fazenda, o Edifício Ely (atual Tumelero), a Cervejaria Bopp (atual Shopping Total) e o prédio dos Correios e Telégrafos, aberto ao público como Memorial do Rio Grande do Sul em 2000. Construído entre 1910 e 1914 e sede dos Correios e Telégrafos por quase um século, a edificação da Praça da Alfândega passou, a partir de 1998, por um processo de restauração que procurou preservar suas características originais, adequando-a à instalação de um centro cultural.

No ano da abertura do Memorial, outro prédio da Praça da Alfândega começou a ser restaurado e adaptado: o Banco Nacional do Comércio, que já havia sido ocupado também pelos bancos Sulbrasil e Meridional, foi adquirido pelo banco Santander e transformado em um moderno centro cultural. No ano seguinte, foi inaugurado o Santander Cultural. Os espaços originais, construídos entre 1927 e 1932, foram mantidos com a incorporação de itens de segurança, acessibilidade e conforto. Remetendo à sua função original, o Santander Cultural conta com um Acervo da Moeda, além de sua área de gastronomia (o Restaurante Moeda e o Café do Cofre) estar localizada no cofre do antigo estabelecimento bancário.

Completando o ciclo de restaurações que transformou prédios históricos em espaços de cultura, o prédio da Rua dos Andradas conhecido como “Força e Luz” comemorou em dezembro dez anos como Centro Cultural CEEE Erico Veríssimo. Erguido entre 1926 e 1928 pelo engenheiro Adolfo Stern, o edifício foi tombado pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul em 1994 e reformado com patrocínio da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica, que mantém e gerencia aquele espaço. No entanto, apenas a fachada, o 5.º e o 6.º andares preservaram o traçado original do prédio, que já havia sido modificado muitas vezes antes do tombamento.

Bibiana Guaraldi, estudante do 8.º semestre de Jornalismo da Fabco

É preciso garantir acesso ao bem cultural histórico

Na visão do professor e coordenador executivo da Especialização em Economia da Cultura da UFRGS, Leandro Valiati, para que a reapropriação dos espaços privados convertidos em centros de cultura seja efetiva é necessário que a população se sinta convidada a ser usuário direto desses equipamentos.

Por que preservar um prédio histórico, à medida que talvez fosse mais barato, do ponto de vista econômico, construir algo com menos custos de manutenção?

O sentido da preservação é a ideia de que um patrimônio histórico tem valor simbólico que transcende os componentes econômicos de um prédio. Claro, não se pode descartar o fato de que há instituições que facilitam essa conservação. Ou seja, há subsídios fiscais para quem faz a manutenção do patrimônio histórico – vantagens financeiras que, para os bancos, fazem sentido. As instituições para cultura no Brasil ainda são muito jovens, mas a lógica europeia é diferente: na Europa, se tem como uma obrigação a preservação do patrimônio histórico; já no Brasil, as empresas privadas ganham bastantes subsídios e são *convidadas* a manter o patrimônio histórico – esta é a diferença.

É possível dizer que a transformação de espaços privados em centros de cultura seria uma reapropriação desses locais pela população?

Sim, mas desde que as pessoas estejam convidadas a ser usuários diretos desses equipamentos culturais. E isso abre várias discussões: como as pessoas enxergam esses lugares, será que elas sabem que podem entrar, será que sabem o que está acontecendo ali? Tudo isso tem que ser levado em consideração. Há dois níveis de reapropriação – a do usuário indireto e a do usuário direto. O usuário indireto com certeza é beneficiado por essa conversão em bem público de um bem que era privado. Há um impacto em termos de reabilitação urbana: o centro da cidade se torna mais seguro, mesmo que a pessoa não frequente o MARGS, o Santander Cultural ou a Casa de Cultura. O ambiente em que ela transita é atendido por restaurantes abertos perto dali, as pessoas ali passam

para ir ao trabalho, vão e voltam em um ambiente menos hostil, isso sem contar a questão da segurança pública, que melhora muito também. Então, esse usuário indireto é beneficiado por esse equipamento urbano que se transforma em equipamento cultural de qualquer maneira, mesmo que ele não saiba do que se trata. Já o usuário direto acaba sendo beneficiado pela possibilidade de reapropriação de um espaço localizado no ambiente de maior valor cultural da cidade, que é o centro, o espaço de encontro das pessoas. No entanto, acho que, com relação ao usuário direto, especificamente em Porto Alegre, ainda ocorre uma utilização de nicho – são poucos frequentadores, que geralmente têm capital humano mais alto. Seria necessário ver como é que as pessoas vão realmente utilizar-se desse bem público, pois um bem público que não está realmente disponível para toda a população perde todo o seu sentido.

Qual seria a importância do estabelecimento desses lugares como espaços públicos de acesso à cultura?

Primeiro, deve ser considerado que patrimônio histórico é um bem público, cultura é um bem público. A própria economia trata a cultura como um bem público, um recurso analítico da economia para tratar de um bem que tem valor intrínseco que vai além do seu valor econômico. E os direitos de propriedade sobre os bens públicos não são muito bem estabelecidos, pois são sociais. Ao encarar a cultura como um bem público, precisa ser pensada a sua acessibilidade. As pessoas precisam ter acesso, a sociedade precisa garantir, do ponto de vista político, que todos tenham direito ao bem cultural histórico. Seguindo o pensamento de que há o usuário direto e o usuário indireto, os efeitos indiretos muitas vezes são mais importantes que os diretos. Por exemplo, a ideia de que se tem reabilitação urbana da região central, de que se tem reabilitação de certas atividades do entorno desses centros culturais, de que há um aumento da valorização dos imóveis da região, que são efeitos mais econômicos. E, sobretudo, há o ganho social muito representativo de um consumo cultural mais democratizado.



FLÁVIO DUTRA/ARQUIVO JU - JAN/2012



Associada à agitação do verão, a Colônia da Universidade em Tramandaí também oferece opções de hospedagem nos demais meses do ano aos estudantes, professores e técnicos

Para além do veraneio

Tramandaí Espaço de lazer hospeda estudantes que estão a trabalho no litoral norte durante o ano

Quando pensamos em Colônia de Férias, logo associamos a verão, praia, calor e sol. Mas a Colônia de Férias da UFRGS em Tramandaí, criada na década de 1960, não funciona somente para lazer. Durante todo o ano, ela fica aberta também para a hospedagem de alunos que estão a trabalho no litoral. É o caso de Vanessa Ribeiro, estudante do décimo semestre de Medicina Veterinária.

Trabalhando voluntariamente no Centro de Reabilitação dos Animais Silvestres Marinhos do Centro de Estudos Costeiros, Limnológicos e Marinhos (Ceclimar) durante quinze dias em julho e em janeiro, Vanessa costuma ficar na Colônia. A estadia é gratuita para o grupo de alunos voluntários, que precisa se deslocar para o litoral durante esse período. Desde 2008, quando começou o estágio

com animais marinhos no Ceclimar, Vanessa já se hospedou muitas vezes por lá. Um professor geralmente acompanha o grupo por alguns dias, mas quem fica em tempo integral na Colônia com os estudantes é o residente de animais silvestres. Alunos de Ciências Biológicas também costumam se hospedar por lá a trabalho. Na opinião de Sophie Von Eye, estudante do sétimo semestre, essa comodidade faz render melhor o trabalho.

“É um lugar onde somos muito bem recebidos. O pessoal já nos conhece, gosta muito do nosso trabalho e sempre pergunta sobre ele. Vamos com um objetivo diferente dos demais usuários, por isso não sobra muito tempo para o lazer, mas sempre aproveitamos”, conta Vanessa, que trabalha das 8h às 18h.

Carência de restaurante – Para Zulca Mandiam, assistente administrativa da Superintendência de Infraestrutura da Universidade (Suinfra), “a Colônia é ótima, pois é uma forma que as pessoas têm para veraneiar, já que o aluguel na alta temporada é exorbitante”. A servidora já usufruiu da Colônia de Tramandaí nos veraneios com a família e nos feriados, como na Páscoa. Quando começou a frequentar o local, ainda não existia piscina, mas eram

oferecidos recreação e projetos para as crianças. Ela também usava o lugar na baixa temporada para estudar quando estava na faculdade.

O maior problema, na visão de Zulca, é que a falta de um restaurante para os hóspedes acaba tornando muito ruim a estadia. Vanessa concorda e ressalta o problema da ausência de opções para realizar as refeições no inverno, “é complicado porque muitos restaurantes fecham”. A falta de uma cozinha, ou até mesmo de um espaço com fogão e uma pia, é lembrada também por Sophie: “não se tem onde comer”, reclama.

A boa notícia é que no projeto do Câmpus Litoral está sendo trabalhada a ideia de construção de um Restaurante Universitário, assim como de uma Casa do Estudante.

Moradia extinta – A ausência de um restaurante é um dos problemas que levou à extinção da moradia estudantil. Maristela dos Santos Pinheiro morou durante cinco meses na Colônia de Tramandaí, dividindo o quarto com duas colegas. Como cursavam Ciências Biológicas com ênfase em gestão costeira e marinha, um curso realizado em parceria com a UERGS, tinham aulas em Cidreira. Para chegar até a outra praia, precisavam ir de

ônibus. Nos horários de saída e retorno das aulas era complicado, pois na Colônia existem regras sobre a abertura dos portões. “Muitas vezes, tinha de acordar o responsável pelo portão para que pudesse sair mais cedo para a aula. Por não haver uma estrutura de cozinha, precisava consumir alimentos que não estragassem fora do refrigerador”, lembra.

Apesar de não achar o local acolhedor como o lar familiar, Maristela considera que foi uma experiência muito interessante em sua vida. Ela conta que os funcionários foram sempre muito atenciosos com ela. No entanto, o acesso à internet para a realização de trabalhos, a comunicação com a família e o lazer existia somente no Ceclimar, pois a Colônia não disponibilizava o acesso aos hóspedes, ponto que a aluna lembra como negativo. Para ela, o melhor de morar lá eram a segurança, a limpeza e a boa localização do lugar.

Além de servir como uma alternativa de hospedagem durante a baixa temporada, a Colônia pode ser alugada para reuniões partidárias, de grupos de idosos ou religiosos. Os recursos arrecadados são reinvestidos na própria Colônia.

Manuela Martins Ramos, estudante do 3.º semestre de Jornalismo da Fabico

Reserva por sorteio

Em outubro, é lançado um edital para a inscrição dos servidores da UFRGS e pensionistas que queiram alugar um apartamento na alta temporada (janeiro a março). O sorteio eletrônico é realizado pelo CPD, que seleciona sete turmas para estadias de dez dias. Já os estudantes podem utilizar o espaço durante todo o ano. A reserva e o pagamento dos apartamentos ou das alas são feitos de modo presencial na Divisão de Lazer (Av. João Pessoa, 41, sala 15). Os preços são bem acessíveis: 5 reais a diária das alas feminina e masculina, 20 reais a diária do apartamento pequeno e 30 reais a diária do apartamento grande. A Colônia situa-se na Avenida da Igreja, 160, em Tramandaí. O telefone para contato é (51) 3661-1433.

Dois pontos

► A língua do outro, uma metonímia não assumida do nós

Tão essencial quanto respirar, somos seres para quem a linguagem é uma função, e não um adereço. Possibilidade de intervir nos fatos, no(s) outro(s) e substância para intermináveis conversas interiores, a linguagem está em contiguidade com a nossa capacidade cerebral de elaborar a existência – com traumas e desejos, fantasias e pragmatismos. A comunicação está para além de ser uma demanda social; desdobra-se muito mais como ação estratégica de vida, como compulsão. Assim, às línguas podem ser atribuídos dois vetores: o intrínseco: a necessidade

de contato, a partir de um movimento pessoal e, a rigor, intransferível; e o extrínseco: a língua pertence a todos e a ninguém, mas não é DO indivíduo. Tem de ser necessariamente decifrável, uma convenção.

O que pretendo explorar nestas linhas rápidas é o fato de nos relacionarmos pela (e com) a língua de uma maneira transversal, especialmente na modalidade escrita. O termo ‘transversal’ aqui faz referência à língua como um instrumento formal de diferenciação e culpa, em oposição à sua modalidade coloquial, descontraída, gregária. Associa a culpa, nesse caso, um sentimento tipicamente brasileiro de, ao vermos um policial se aproximando, (quase) erguemos as mãos

manifestando um desconfortável e tímido “foi sem querer”. Assumimos a posição de réus inatos pela nossa inadmissível incompetência linguística. A língua é do outro; a adquirimos por usucapião. Em suma, naturalizou-se o “não sei escrever”. Aliás, em termos do que é (do) coletivo, complicadinho esse sentimento de desprezo ou não propriedade que temos nós, tupiníafrocaucasianos, com a coisa pública (*res publica*).

A fala, por seu turno, obedece a outra ordem, se organiza em outro espaço, por isso é mais livre, abana as tranças ao sabor dos humores, quando comparada à escrita. Escrever é bem mais complexo pela própria limitação do recurso. Mas

falar não é algo impune, não nos iludamos!, pois dizer “te amo”, “gosto muito de ti” ou ainda “gosto de ti como se fosse um irmão” não ganham, nos ouvidos de quem escuta, a mesma representação – o que se dirá a mesma reação. E nas entrelinhas de uma afirmação há um universo de implícitos, de relações possíveis no jogo das respostas.

Em nosso espírito, há muito ainda esse sentimento de usarmos “a língua do outro”, que nos ameaça. Daí o mito de cobrarmos de nós mesmos uma língua que não falamos, cuja escrita nos enche de dilemas imobilizadores. A fala isenta de risco tampouco existe, e haverá uma constante relativa à linguagem: seu corpo será sempre exumado.

Antônio Falcetta, revisor
antonio.falcetta@secom.ufrgs.br



CPD inexplorado

Informática Feira de serviços divulgou as ferramentas virtuais à disposição da comunidade

No Câmpus do Vale, não muito longe de um estande em que técnicos conversavam com estudantes e professores, uma aluna confessava: “O que é o CPD? Eu não sei o que ele faz, na verdade”.

Com o objetivo de reduzir o desconhecimento em relação a seus serviços, o Centro de Processamento de Dados da Universidade realizou, em 4 de dezembro, na praça central do Câmpus do Vale, a primeira TIC UFRGS – Feira de serviços do CPD. Organizado em parceria com a Agência Experimental de Relações Públicas e o Clube de Criação Caixola, ambos da Fabico, o evento procurou apresentar à comunidade universitária a gama de serviços disponíveis e solucionar as dúvidas dos usuários.

Alunos e professores tiveram a oportunidade de conhecer as ferramentas de que podem lançar mão tanto em sala de aula quanto fora dela. As dúvidas mais frequentes diziam respeito às configurações e à utilização dos serviços mais complexos, como as ligações gratuitas via internet. Porém, o visitante era convidado a conhecer as demais ferramentas apresentadas na tela de um tablet gigante. “Entrei pra tirar uma dúvida sobre o meu e-mail da UFRGS, mas eles acabaram me apresentando o resto dos serviços. Eu me surpreendi, pois não conhecia quase

nada. Foi uma iniciativa bem válida, porque com certeza não sou só eu que não conheço”, diz Matheus Silva, aluno de Engenharia Química.

Gerência trabalhosa – O primeiro computador da UFRGS, um IBM 1130, foi instalado na Escola de Engenharia em meados de 1967. Um ano depois foi criado o CPD. Os computadores e dispositivos utilizados atualmente, bem como os serviços de internet sem fio ou a conexão por meio de celular, eram somente imaginados. Hoje a internet é acessada no Brasil por 83,4 milhões de pessoas, de acordo com dados do Ibope.

Acompanhando essas mudanças, em 1975 a UFRGS tornou-se a primeira universidade federal brasileira a realizar as matrículas online. Atualmente localizado no Câmpus Saúde, o Centro é responsável por toda a rede da Universidade. Noventa funcionários trabalham para manter em funcionamento um sistema que abrange mais de 15 mil computadores, além de notebooks, tablets e celulares. Jussara Issa Musse, diretora desde 1996, admite que o trabalho de manter a Universidade conectada é intenso: “Gerenciar a rede de uma instituição desse tamanho demanda uma grande estrutura. O objetivo é tornar a internet disponível em todos os lugares – bibliotecas, salas de aula, laboratórios. Além da parte de segurança, que envolve evitar invasões ou que a rede seja derrubada. É um trabalho constante”, afirma.

Desconhecimento – Em termos práticos, são pelo menos 35 serviços disponibilizados à comunidade universitária, desde os básicos, como a conta de e-mail, até funções mais complexas, como as webconferências ou a hospedagem de sites. Mas essas possibilidades, na maioria das vezes, são desconhecidas por alunos e professores, os maiores interessados

nas facilidades que a internet e a informática podem proporcionar.

A Sala de Aula Virtual, que permite aos alunos verificar os colegas de cada disciplina, entrar em contato por e-mail e acessar materiais disponibilizados pelos professores, entre outras funcionalidades, é ainda pouco utilizada. Bruna Koch, estudante de Letras, acredita que isso acontece porque nem todos os docentes aderiram ao serviço: “Nunca tive um professor que tenha utilizado essa plataforma, então eu não tenho por que usar. Às vezes o professor não usa porque não sabe como aproveitar as potencialidades, e aí a gente acaba não utilizando também”. Rafael Fleck, estudante de Engenharia Mecânica, pensa do mesmo modo: “Nunca precisei usar a maioria dos serviços. Então acabo entrando apenas no Portal do Aluno. Entrei na Sala de Aula Virtual uma vez, mas só pra ver as fotos dos colegas”.

Jussara explica que esse é um problema recorrente nos serviços de uso não obrigatório. Já acostumados ao Moodle

– plataforma semelhante em que o professor compartilha material e os alunos podem postar seus trabalhos –, nem todos incorporaram a novidade. Para os estudantes, a solução está nos professores. “Acredito que dependa do perfil do curso e dos métodos de cada professor. Talvez se devesse incentivar o uso desses serviços diretamente nas faculdades com os professores. Assim, automaticamente os alunos iriam procurar mais informações”, pondera Lauren Rodrigues, aluna de bacharelado em Letras.

Divulgação – Entre todos os serviços disponibilizados pelo CPD, destacam-se as webconferências; o serviço de telefonia grátis para a Capes; o Lume (acervo digital, de imagens, teses, dissertações, trabalhos de conclusão de especialização, graduação e eventos da UFRGS); a Sala de Aula Virtual; a hospedagem de sites e materiais multimídia; os serviços Chasque (webmail, disco virtual, proxy autenticado, entre outros) e o VPN/UFRGS, sistema que permite a docentes

e técnicos administrativos acesso remoto à rede de computadores da Universidade.

Apontados pelos alunos como os mais utilizados, aparecem o Moodle e o Portal do Aluno. De acordo com Jussara, essa segregação – poucos serviços muito utilizados e muitos serviços quase desconhecidos – acontece devido à dificuldade de fazer tanto professores quanto alunos adotarem as novas possibilidades. “São facilidades que ajudam no dia a dia e que não estão sendo aproveitadas”, aponta. Para Jéssica Paim, estudante de Letras, o caminho para a utilização mais ampla depende de mais iniciativas de divulgação: “Tenho a impressão de que as coisas ficam todas meio escondidas nos sites. Não tem como a pessoa saber de tudo o que está disponível. Eles podiam fazer umas cinco feiras dessas por ano”.

O catálogo com todos os serviços pode ser acessado no site www.cpd.ufrgs.br.

Priscila Kichler Pacheco, estudante do 7.º semestre de Jornalismo da Fabico

Sinal internacional

A Feira também marcou o lançamento oficial na Universidade do *eduroam*, até então em fase de testes. Trata-se de um sistema sem fio de acesso à internet desenvolvido para a comunidade internacional de educação e pesquisa. O serviço permite que estudantes, professores e demais funcionários das instituições participantes conectem-se à rede mundial de computadores, em sua própria universidade ou em qualquer lugar que ofereça o sistema, efetuando o cadastro na base do serviço e usando apenas as credenciais da

instituição de origem. “Um professor ou aluno visitante pode usar essa rede e não necessariamente a da UFRGS, e, do mesmo modo, nossos docentes e alunos que vão para outras universidades que tenham o sistema. A pessoa só precisa do número do cartão da UFRGS e da senha para se conectar”, explica Jussara.

O *eduroam* é adotado em instituições de 60 países. No Rio Grande do Sul, Porto Alegre é pioneira e dispõe de 164 pontos de acesso entre UFRGS e PUCRS. Contudo, no resto do país o serviço é pouco explorado; está

disponível apenas nas sedes da RNP (Rede Nacional de Ensino e Pesquisa) em Brasília, Campinas e Rio de Janeiro e no MAST (Museu de Astronomia e Ciências Afins), também no Rio.

Além da segurança de conectividade, o *eduroam* traz benefícios como a integração da instituição à Comunidade Acadêmica Federada (CAFe), a mobilidade e a facilidade de uso. Para verificar as localidades onde o serviço existe, basta acessar www.portal.mp.br/web/servicos/eduroam ou www.ufrgs.br/cpd/servicos/redes-e-comunicacao/eduroam.



Evento no Câmpus do Vale buscou reduzir o desconhecimento da comunidade universitária a respeito das facilidades oferecidas pelo Centro de Processamento de Dados da UFRGS



FLÁVIO DUTRA/ARQUIVO JU - MAI/2005

A falta de investimento na educação da primeira infância é um dos pontos mais criticados por educadores

Plano federal não satisfaz

Política Ainda sem prazo para ser apreciado no Senado, o Plano Nacional de Educação pode estar longe do que a sociedade deseja para o futuro do setor no país

Samantha Klein

Os rumos da educação no Brasil ainda tramitam no Senado: depois de 18 meses de atraso na apreciação pela Câmara de Deputados, o Plano Nacional de Educação (PNE) foi votado após intermináveis emendas ao Projeto de Lei n.º 8.035/2010. Enquanto o texto definitivo que prevê as metas para o ensino em todos os níveis não tem prazo para aprovação pelo Senado, as críticas começam muito antes da sanção presidencial. As bases para a educação tinham sido formatadas em três anos de intensa discussão, mas o conteúdo que resultou disso está distante da concepção original construída pela sociedade civil. Em uma crítica ferrenha ao plano conce-

bido, as professoras da Faculdade de Educação Vera Peroni e Maria Luíza Flores mostram que diversos pontos cruciais em temas como a educação infantil e a democracia na gestão escolar foram desconsiderados, o que poderá comprometer o modo pelo qual jovens e crianças serão formados.

Plano do MEC – Um texto ministerial. Assim pode ser caracterizado o projeto com vinte metas apresentado pelo Ministério da Educação e aprovado em junho do ano passado na Câmara dos Deputados. O PNE tem objetivos tais como a busca da universalização de vagas para crianças entre 4 e 5 anos até 2016, o aumento do número de jovens matriculados no ensino médio e o crescimento

do número de professores com pós-graduação. Porém, o ponto central do PL 8.035/10 talvez seja o financiamento para o cumprimento das metas. A ideia original, defendida pela sociedade civil e pela comunidade escolar, é a destinação de 10,4% do PIB brasileiro para a educação. Após 2,9 mil emendas ao texto original, os parlamentares aprovaram um Projeto de Lei com previsão de um investimento progressivo para alcançar esse índice no prazo de dez anos.

Apesar de aprovado, o MEC admite a dificuldade de se fazer cumprir a destinação dos recursos. Atualmente, são investidos apenas 4,95% do PIB no setor, que tem mais de 41 milhões de estudantes somente na rede pública de educação básica. “Pouco foi consi-

Formação em perspectiva

O Plano Nacional de Educação está pautado na expansão das vagas, não somente para o ensino básico, mas também para a formação superior e técnica. Dentro desse panorama, podem ser citados o Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Nesse sentido, a lei prevê uma oferta mínima de 25% das matrículas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), para a formação profissional nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio

e para a duplicação das vagas de educação técnica de nível médio. Outra perspectiva é erradicar o analfabetismo da população com 15 anos ou mais até 2020 e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional no período de vigência do PNE (2011-2020).

O governo federal ainda tem como alvo a elevação da qualidade nas instituições de ensino superior, com o aumento da atuação de educadores com mestrado e doutorado nas instituições. O objetivo é chegar a 75% de professores mestres e 35% de doutores.

derado da discussão de três anos entre conferências municipais, estaduais e a Conferência Nacional de Educação (Conae), que ocorreu em 2010. A questão não é o número de metas, mas o conteúdo da lei. Tínhamos uma proposta de avaliação e de educação infantil, mas foram aprovadas outras completamente distintas. Durante o processo de concepção do que queríamos para a educação, foram ouvidos 3,5 mil delegados. Mas, no final, eles foram desconsiderados”, afirma a docente do Departamento de Estudos Especializados do Núcleo de Política e Gestão da Educação da Faculdade de Educação da UFRGS, Vera Peroni.

“O texto é uma aplicação dos programas educacionais que já vêm sendo implementados pelo atual governo. Mesmo assim, todas essas metas somente poderão ser colocadas em prática se houver financiamento, o que foi o grande problema do Plano anterior. Por isso, as entidades centraram suas forças na campanha para pressionar a aplicação dos 10% do PIB na educação, caso contrário, o esforço será em vão e nada poderá ser colocado em prática”, reforça a crítica.

Educação infantil em déficit – O Plano Nacional de Educação 2011-2010 não teve uma avaliação por parte dos governos e muitos pontos foram atingidos parcialmente ou sequer saíram do papel. O gargalo do financiamento pode em parte ser a explicação. Mesmo com a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), pouco foi investido na educação da primeira infância, mantendo-se assim a responsabilidade dos municípios de financiar o ensino nos primeiros anos de escola e destinar 25% do orçamento para o setor. Dessa forma, ficou longe do ideal a criação de vagas em creches e escolas infantis, e para o PNE que ainda tramita no Congresso foi copiada a meta de ter metade da população na faixa etária entre zero e três anos matriculada em creches até 2020.

Como exemplo do fracasso da medida em uma década, algumas cidades do Rio Grande do Sul podem ser tomadas como modelo. Um levantamento do Tribunal de Contas do Estado (TCE) mostra que vários municípios sequer têm locais para acolher as crianças pequenas, enquanto outros optam por firmar convênios com a rede privada, o que é discutível do ponto de vista da qualidade pedagógica, segundo a professora e pesquisadora Departamento de Estudos Especializados da Faced, Maria Luíza Flores. “São creches e escolas que têm alvarás provisórios de funcionamento. A própria legislação permite, e esses licenciamentos vão se estendendo indefinidamente. Nesses casos, nem sempre a estrutura é a mais adequada; quanto aos professores, eles são, geralmente, estagiários ou técnicos em educação. Para as prefeituras é vantajoso porque o custo-aluno é muito mais baixo do que o investimento na rede própria. E para piorar, normalmente

são as crianças de periferia que vão para essas escolas conveniadas. Elas, que já têm um déficit enorme de condições básicas, perdem também em educação”, lamenta.

A avaliação da educação fundamental também é contestada, e as provas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foram rejeitadas na última Conferência Nacional de Educação em 2010. Os educadores não aceitam a aplicação de avaliações em larga escala, como é o caso da Provinha Brasil, que mede o conhecimento dos estudantes do segundo ano do ensino fundamental, e da Prova Brasil, aplicada aos alunos do quinto e do nono ano e para os do terceiro ano do ensino médio.

Maria Luíza alega que uma nota boa do IDEB não contribui para a melhoria da educação e defende uma avaliação externa das condições em que os estudantes estão sendo formados. “Precisamos aferir a oferta do sistema educacional infantil justamente porque não atende ao acesso, não atinge a população mais vulnerável nem os padrões de qualidade exigidos como o fornecimento de insumos, infraestrutura, adequação dos materiais para as crianças e formação dos profissionais”, sustenta.

Hoje são investidos 4,95% do PIB no setor que tem mais de 41 milhões de estudantes

Democracia em declínio? – Estudiosa dos processos de gestão escolar, Vera contesta a forma como o Plano Nacional de Educação vai estabelecer a construção da administração nas instituições de ensino. Pautado no mérito e em avaliações de critério técnico, o PNE estabelece a nomeação comissionada de diretores de escola. O texto não exclui a participação da comunidade escolar, mas na prática minimiza o poder de voto.

A concepção de gerenciamento é antagônica à construída pelos delegados na Conae, que pretendia priorizar a escolha feita por pais e mestres, segundo a pesquisadora. “Mais complicado que isso é a priorização da transferência de repasses com a previsão de relatórios de mérito e de relatórios técnicos. Por outro lado, aprender a votar é pedagógico e estratégico para a construção de um projeto societário que foi abandonado com o estabelecimento de critérios técnicos. Estamos falando da formação da educação e de uma sociedade. É preocupante”, alerta.



“Jornalistas devem lutar pela liberdade sempre”

Nelson Traquina
Professor e pesquisador revisa sua trajetória e avalia o atual panorama do ensino e da prática do jornalismo

Everton Cardoso

Se houvesse um levantamento para se saber qual é o autor mais referenciado nos estudos em jornalismo no Brasil, o nome do português Nelson Traquina certamente estaria em alguma das primeiras posições. Isso se deve ao fato de ter produzido diversas obras que apresentam discussões teóricas acerca da profissão que escolheu, mas que abandonou por achar demasiado superficial. No ímpeto de refletir sobre essa prática e de contribuir para melhorá-la é que foi pioneiro tanto nas investigações quanto no ensino do ofício em Portugal. Desde o final de 2011, depois de três décadas de atuação, Traquina está aposentado e vive nos Estados Unidos, seu país natal, para estar mais próximo de sua família. Em entrevista exclusiva ao JU, o pesquisador faz um balanço de sua carreira e de seu legado, avalia o jornalismo e a formação de futuros profissionais, e aponta o principal papel social da instituição dedicada à difusão de notícias e informação: a defesa da liberdade e da democracia.

Como teve início sua trajetória como pesquisador em jornalismo?

Nasci nos Estados Unidos, mas tive a felicidade de estar em Portugal em 1974, época da Revolução de Abril.

Tinha chegado ao país em janeiro daquele ano. Portugal, nesse período, vivia sob a ditadura, e esse acontecimento foi uma surpresa para mim. Não sabia por que havia acontecido aquele golpe de Estado; mais tarde, enfim, me inteirei de que era a favor da liberdade e da democracia. Eu sempre quis ser jornalista e, portanto, fui à agência de notícias United Press International e ofereci os meus serviços. Trabalhei com isso durante cerca de três anos, mas depois fiquei insatisfeito com o trabalho jornalístico, achei que era em muito superficial. Fui, então, à França para fazer doutorado, onde permaneci por três anos. Depois de seis anos sem ir aos EUA, acabei voltando para lá a fim de ficar perto de meus pais. Estava difícil arrumar emprego no ensino naquele país, por conta disso decidi aceitar um convite para voltar a Portugal. Eu já recusara dois e achei que a oportunidade não surgiria mais uma vez. Isso foi em 1982 e, nos 30 anos seguintes, dediquei-me integralmente a ser professor. Sempre digo aos meus alunos que o jornalismo é a segunda melhor profissão do mundo, porque a primeira é ser professor.

Que sentimento há depois desse percurso?

Estou evidentemente muito satisfeito com minha profissão. Tive alunos maravilhosos! Contribuí para a formação de uma nova geração de jornalistas e também de pessoas que mais tarde se tornaram professores de jornalismo feito eu. Isso é importante porque o futuro dessa prática profissional está na mão de pessoas graduadas e, em particular, daquelas formadas em jornalismo. Um jornalista deve ter uma formação sólida nas ciências sociais e humanas, mas também nas ciências da comunicação e nas técnicas do jornalismo. Mas o ensino não deve ser voltado somente para estas, aliás, essa parte só deve corresponder a 25% do total! Muitas vezes os estudantes têm

uma visão equivocada do jornalismo, só querem a prática.

Qual é a sua posição em relação à exigência de formação universitária para o exercício do jornalismo?

Sou crítico da posição do sindicato dos jornalistas de Portugal: foram reacionários e retrógrados nos anos 1980 e até hoje nunca disseram de uma forma clara que a melhor formação para um jornalista é a graduação em ciências da comunicação e jornalismo. Há dados empíricos que provam que as pessoas com formação universitária em jornalismo e em comunicação defendem mais a liberdade! Mesmo que vivamos em democracias, jornalistas devem lutar pela liberdade sempre!

O jornalismo tem de ouvir o público por meio de sondagens e perceber o que preocupa as pessoas

O ideal, então, é possuir um diploma para ser jornalista?

Não sou a favor da obrigatoriedade da graduação em Jornalismo ou nas Ciências da Comunicação, ainda que seja necessário que todos os profissionais da área tenham uma formação sólida nas Ciências da Comunicação e no Jornalismo. O ideal, porém, é que os egressos das universidades sejam a grande maioria, não todos, mas a grande maioria. É um processo irreversível e que está acontecendo em todo o mundo. Ninguém vai parar a história!

Qual é a postura ideal de um profissional jornalista?

Primeiro, deve perceber que não

sabe tudo. Deve ter humildade com qualquer pessoa, mesmo com aqueles que não são ‘senhor fulano’, ‘doutor fulano’. Também precisa estar disposto a aprender um pouco de tudo, pois nunca se sabe quando algo nos pode ser útil.

Em termos de linguagem, o que devem aprender os estudantes de jornalismo?

Eles precisam conhecer o poder das palavras, pois elas têm muito significado. A utilização de um vocabulário em vez de outro, por exemplo, muitas vezes não é por acaso, mas é preciso ter conhecimento para poder fazer isso. Também é necessário ter conhecimento histórico. O resto dependerá muito da área em que o profissional irá trabalhar. Outra tendência é que vai haver mais especialização ainda devido à evolução tecnológica; cada vez mais os jornalistas precisam ser multimídia. É por isso que na faculdade de jornalismo devemos ter uma disciplina obrigatória para aprender a aperfeiçoar a utilização de diversas técnicas a fim de construir a notícia segundo esse modelo.

Qual é o futuro do jornalismo? Há risco de ele extinguir-se como profissão?

Não há meios de o jornalismo deixar de existir. As pessoas são tão ocupadas que não têm tempo para se dedicar à informação. Eventualmente, sim, as pessoas poderão ajudar, filmar, fotografar, mandar notícias, mas esse trabalho sempre vai ser suplementar. Os profissionais do jornalismo é que vão ser os agentes principais, porém não exclusivos! Já acreditaram ser os únicos donos da notícia, mas isso deixou de existir. Esses profissionais têm de acompanhar essas tendências, contudo o futuro do jornalismo está nas mãos das pessoas graduadas. Em Portugal, a ‘tarimba’, ou seja, a experiência pura era muito forte num tempo recente. Em 1980, era talvez dominante. Nesse aspecto os brasileiros estão à frente dos portugueses; introduziram o ensino superior antes de nós. Isso, com certeza,

se deve à influência estadunidense.

Em que momento começa o ensino superior em jornalismo em Portugal?

Desde 1980 havia um curso de jornalismo na Universidade Técnica; no fim daquela década, havia em diversas universidades, como a Universidade da Beira Interior e a Universidade do Minho. Em 1989, também na Universidade Nova de Lisboa, onde atuei. Depois, em 1990, se disseminou, pois as universidades se deram conta de que era uma boa maneira de se fazer dinheiro.

Qual é a realidade do ensino universitário em Portugal na atualidade?

Com a Declaração de Bolonha, firmada entre países europeus em 1999, reduziu-se o ensino superior de quatro para três anos. Sou contra! Não há qualquer justificativa científica para tal alteração, só uma razão econômica, que era gastar menos.

É preciso conhecer o poder das palavras, pois elas têm muito significado

Como se deu o início das pesquisas acadêmico-científicas no campo do jornalismo em Portugal?

A existência de mestrados e doutorados estimulou a pesquisa no país, pois era preciso produzir teses e dissertações. Quando iniciei na investigação, se ignorava a história da imprensa em Portugal, havia um livro só sobre o tema! Além disso, a literatura sobre o jornalismo em português era inexistente. Era preciso comprar livros no Brasil, que já tinha desenvolvido alguma coisa nessa área. Ainda assim, a maioria eram livros estrangeiros. Foi por essa razão que, em 1993, publiquei a antologia intitulada *Jornalismo: questões, teorias e ‘estórias’*. Para ela, escolhi com esforço 20 artigos que representam as melhores coisas que li sobre o jornalismo e que propunham diversas teorias sobre a área. O livro traz, por exemplo, o artigo dos acadêmicos estadunidenses Harvey Molotch e Marilyn Lester em que eles discutem que grande parte dos acontecimentos é criada para o consumo dos jornalistas, para virarem notícia!

Essa visão algo ingênua do jornalismo como um espelho da realidade tem-se modificado?

Sim. Têm surgido iniciativas importantes, como o que eu chamo de ‘jornalismo cívico’, ou seja, não se pode seguir os políticos, apoiar tudo o que fazem. O jornalismo precisa ouvir o público por meio de sondagens, perceber o que as pessoas querem e o que as preocupa. Dessa forma, é possível moldar a sua estratégia e a cobertura em função das preocupações reais das pessoas. Isso, evidentemente, não quer dizer que não devamos ouvir os profissionais da política, mas é importante também ouvir o público. Há ainda questões importantes sobre quem são as fontes da informação. Por isso que é fundamental ler as notícias com um olhar crítico.



BEATRIZ SALLETT/ARQUIVO PESSOAL

Para Traquina, o jornalismo é a segunda melhor profissão do mundo, porque a primeira é ser professor



Um olhar crítico e necessário

Sociologia

Sujata Patel

analisa os problemas sociais da Índia e traça um paralelo com a realidade do Brasil

A socióloga indiana Sujata Patel esteve em Porto Alegre para participar do seminário internacional Sociologias do Século XXI, realizado no final de novembro que reuniu na UFRGS pesquisadores de países academicamente periféricos, como Brasil, China e África do Sul. O objetivo era compartilhar experiências e conhecimento, uma vez que a maior parte das informações trocadas por pesquisadores dessas nacionalidades se dá por meio daquilo que é publicado em países centrais. Nesta entrevista exclusiva ao JU, Sujata, que é professora na Universidade de Hyderabad, fala sobre os principais problemas sociais da Índia contemporânea, comparando-os com o contexto brasileiro, e aponta o papel da sociologia para ajudar a sua compreensão.

O século XX foi um período de grandes transformações em seu país. Quais foram essas mudanças?

Em todos os países, os governos estão se esforçando para que o mercado cresça e os subsídios do Estado diminuam, e isso afeta cada lugar de maneira distinta. No caso da Índia, uma vez que os subsídios estatais ajudavam a garantir a sobrevivência dos mais pobres, sua remoção levou a mais desigualdade. E essa medida vai contra a ideia que se tem da Índia – de que ela seria, logo depois da China, a nova economia ascendente. Esse dado pode até ser verdadeiro em termos estatísticos, mas, por trás disso, a situação é muito ruim. As desigualdades aumentaram tremendamente. Até algum tempo atrás, devido às suas altas taxas de imposto sobre riqueza, a Índia tinha muito menos desigualdade do que, por exemplo, o Brasil e outros países latino-americanos. Não tínhamos bilionários, mas agora temos alguns nas listas da revista Forbes. Ao mesmo tempo, as corporações se tornaram multinacionais – algo inédito para nós até então. Entre o fim dos anos 1940 e o início dos 1950, quando a Índia acabava de se tornar um país independente, focar no mercado interno era motivo de orgulho para as empresas. Agora elas estão pensando no mercado externo, enquanto as corporações multinacionais estrangeiras buscam maneiras de vender

seus produtos dentro do país. Isso gerou um aumento da classe média, que se tornou a classe social de referência, a que deve ser imitada. Mas isso não está produzindo crescimento no sentido de permitir que a maior parte da população possa participar cada vez mais do mercado. Em síntese: essas mudanças foram boas para alguns, mas não para todos.

Em entrevistas anteriores, você comentou que a Índia se urbanizou sem industrializar-se. Como esse fenômeno se reflete na sociedade?

Na Europa, a modernidade chegou acompanhada de um processo de industrialização, mas isso não ocorreu na África e em partes da Ásia. Entre os anos 1930 e 1940, a Índia passou por um processo de industrialização – porém, a partir dos anos 1960, tornou-se claro que ele fora muito fraco. Em seguida, a indústria, que até então se organizava em torno do trabalho, passou a se organizar em relação ao capital. Isso gerou uma demanda por pessoas mais instruídas e especializadas – que, em nossa população de 1,2 bilhão de pessoas, são uma minoria. Precisaríamos de uma indústria voltada para a mão de obra massiva, mas não a temos. A maior parte da classe trabalhadora indiana (algo em torno de 94%) encontra-se na informalidade e precisa buscar trabalhos de diversos tipos para garantir a sua sobrevivência,

o que acaba por impedir a obtenção de conhecimentos específicos. Assim, seu sustento dependeria do auxílio do Estado – o que não ocorre mais. Trata-se de um círculo vicioso, que constitui a base do argumento de que não há industrialização na Índia.

Que outros problemas sociais a Índia enfrenta atualmente?

O maior deles são as castas. Elas não são meras divisões de trabalho, mas uma maneira pela qual as pessoas discriminam umas às outras de forma consciente. O sistema de castas foi institucionalizado durante o colonialismo, porque era de interesse da metrópole manusear os sistemas de exclusão pré-modernos para seus próprios fins – assim como ocorreu, por exemplo, com o racismo na África do Sul. Esse sistema sempre esteve atrelado às questões de gênero e ao patriarcado, uma herança do período pré-colonial que se reflete nas estruturas atuais por meio da violência contra a mulher. O maior desafio é saber como enfrentar essa situação. Além das questões de gênero e de casta, há duas outras estruturas herdadas do período pré-moderno que são de grande importância: a existência de povos tribais [grupos que não fazem parte das castas, o que resulta ainda em outra forma de discriminação] e as distinções religiosas. No subcontinente indiano, desde 3.000 a.C., houve uma grande mistura de religiões – uma diversidade muito maior do que se verifica no Brasil. Há budistas, jainistas, hinduístas, siquistas, zoroastristas e muçulmanos, além de cristãos católicos e protestantes. A estrutura social indiana está organizada a partir da coexistência desses grupos e já foi utilizada com fins políticos para fazer com que cada um deles se sentisse ameaçado pelos demais. Esses são os principais males de nossa sociedade.

De que maneira a Sociologia pode ajudar a resolvê-los?

Enquanto disciplina acadêmica, a Sociologia sempre foi conservadora e esteve alinhada ao Estado. Sua tendência é apoiar os modos de pensamento preestabelecidos pela sociedade, em lugar de encará-los de maneira crítica. Ao mesmo tempo, fora da academia, ela é um sistema de conhecimento contestador. Por isso, em todas as ocasiões em que, ao longo da história, um regime autoritário tomou o poder, ele tentou banir a Sociologia. Foi assim no Brasil, na Argentina e na Europa Oriental. Acredito que a Sociologia só tem futuro se ela se tornar reflexiva e crítica, atuando na construção de uma nova maneira de pensar. Por outro lado, faço uma distinção entre ser um ativista e ser um crítico, e acredito que você não pode ser um sociólogo se for um ativista político – porque a Sociologia deve ser crítica em relação a tudo, inclusive à política. Portanto, é necessário situar-se na margem. E é uma margem muito precária.

A Índia e o Brasil são países muito diferentes, mas sofrem com problemas semelhantes: altos índices de violência urbana, pobreza e desigualdade social. Há uma razão comum para isso?

É preciso olhar para cada região de maneira distinta. É tentador dizer “todos os países sofrem com a desigualdade, com a pobreza”. Mas dentro das Ciências Sociais temos de evitar as comparações supérfluas, e a melhor maneira de fazê-lo é partir de uma contextualização. Por exemplo, a Índia tem uma população seis vezes maior do que a brasileira, e apenas 30% dela vive em áreas urbanas – no Brasil, são quase 65%. As desigualdades existem há muito mais tempo lá do que aqui. O Brasil não tem as diversidades que a Índia tem em termos de história, migração, religião, etc. Ainda assim, julgo que conhecer essas diferenças nos permitirá comparar diferentes países,

pois hoje em dia há transformações que ocorrem simultaneamente no mundo todo. E devemos nos perguntar: como essas transformações diferem entre si, ainda que tenham as mesmas implicações? Dito isso, há cinco temas que são muito importantes de se discutir. O primeiro deles são as estruturas de desigualdade e exclusão social. O segundo deriva desse: assim que começamos a falar de desigualdade e exclusão, temos de falar também sobre os direitos – portanto, cidadania e democracia são a segunda questão. O terceiro é a história de migração. A Índia envia migrantes para todo o mundo desde o século I; também recebe muitos imigrantes e tem influência sobre o Sudoeste asiático e o Leste africano. É o mesmo caso do Brasil em relação à América do Sul. Então, essa é uma questão crucial. O quarto são as cidades, a maneira como estão estruturadas e a natureza de suas organizações. É importante apontar que cidade não é sinônimo de urbanização. É possível que haja urbanização sem que haja cidades.

As castas são uma maneira pela qual as pessoas discriminam umas às outras de forma consciente

Como isso é possível?

As cidades são caracterizadas pela concentração populacional com infraestrutura própria para a produção, o consumo e a distribuição de bens. No entanto, é possível que haja concentração populacional sem infraestrutura, sem acesso a serviços. Isso existe na Índia e também no Brasil, mas as proporções são distintas – algo que merece ser estudado. Até porque São Paulo é mais ou menos do mesmo tamanho que Bombaim, que tem 14 milhões de habitantes ou, se formos contar a região metropolitana, 21 milhões, dos quais 55% moram em favelas. Mas a violência urbana de São Paulo está estruturada de maneira distinta da de Bombaim ou Déli, assim como é diferente da que há na Cidade do Cabo ou em Johannesburgo. Essas diferenças devem ser estudadas. O quinto tema é a classe média e a nova cultura de consumo, muitas vezes associada à juventude, que está emergindo nos centros urbanos e definindo uma nova maneira de pensar a identidade. Eu acredito que a juventude é muito importante em todos esses países, pois ela é o foco da nova economia na criação de um estilo de vida internacional. Isso significa que os jovens se tornarão o novo grupo hegemônico? Não sabemos – e é por isso que devemos estudar esse fenômeno.

A Sociologia pode nos ajudar a construir um mundo melhor?

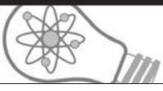
Ela pode ajudar a criar um espaço crítico que nos permita entender o que é um mundo melhor. Contudo, não pode se transformar em uma utopia, pois isso significaria tornar-se uma ideologia política. Mas pode ser guiada por uma utopia. Ao mesmo tempo, é fundamental que ela se mantenha sempre crítica a respeito de si mesma. Acho que é isso o que a Sociologia tem a nos oferecer: um senso crítico constante, capaz de nos assegurar que nada permanecerá no âmbito ideológico.

Bruno Cobalchini Mattos, estudante do 8.º semestre de Jornalismo da Fabico

FLÁVIO DUTRA/JU

Sujata acredita que a Sociologia deva ser crítica em relação a tudo, inclusive à política





O Programa prioriza áreas de inovação tecnológica como o melhoramento genético de sementes, uma das atividades desenvolvidas junto à Estação Experimental Agronômica da UFRGS

Visto para o exterior

Intercâmbio *Alunos que estão lá fora mostram por que vale a pena aderir ao programa Ciência Sem Fronteiras*

Samantha Klein

Verônica Oldoni deve estar embarcando agora para uma das melhores experiências da sua vida. Em poucos dias, a estudante de Engenharia de Produção estará chegando à Western Michigan University, em Kalamazoo, no estado de Michigan, EUA. O intercâmbio que vai durar dois semestres é um sonho antigo, mas com desafios que incluem a língua, a adaptação ao clima e ao sistema de ensino, que é diferente do brasileiro.

Assim como ela, centenas de estudantes têm a oportunidade de estudar no exterior. Essa safra é especialmente farta para as áreas ligadas à tecnologia, à agricultura e à engenharia. Com mais um edital do programa Ciência Sem Fronteiras aberto até o dia 14 de janeiro, é hora de embarcar em uma experiência que pode ser transformadora. Quem já foi assina embaixo.

Lupa na inovação – Quando lançado pelo governo federal no ano passado com a ambiciosa meta de enviar até 2015 cem mil estudantes para o exterior, o Ciência Sem Fronteiras pretendia impulsionar a inovação tecnológica no país e atrair jovens talentos e pesquisadores para trabalhar no Brasil. Por isso, as áreas de interesse são abrangentes, mas priorizam a computação, as engenharias, os cursos

voltados à prospecção de petróleo e gás, a agricultura sustentável, a nanotecnologia e a tecnologia aeroespacial. Os estudantes de graduação são o foco do edital aberto, e pela primeira vez o programa inclui bolsas para países como Noruega, Hungria e Suécia.

Nesta chamada, o principal diferencial é uma lista específica de cursos que poderão ser contemplados. Nos quatro editais anteriores, eram definidas apenas as áreas de conhecimento, o que gerou brechas para recursos judiciais por parte de alunos que se sentiram prejudicados ao serem eliminados do processo seletivo da Capes e do CNPq.

Diferenças – Além de viajar para um país diferente, com costumes distintos, os métodos de ensino variam muito entre as instituições. No caso da Inglaterra, por exemplo, país que anteriormente ao Ciência Sem Fronteiras não tinha convênio com a UFRGS, as aulas são mais expositivas, como lembra o aluno de Engenharia de Produção Miguel Bittarello, que está estudando na Loughborough University desde outubro. “As lições são diferentes do que estava habituado. Aqui normalmente há menos interação entre aluno-professor, com exceção dos seminários e estudos de caso, que são fantásticos. Em relação ao meu curso, sinto que as aulas eram muito práticas, com fórmulas e algoritmos de solução de problemas, enquanto aqui são mais descritivas e abrangentes. Ambas as abordagens são boas, tudo depende do ramo profissional que se deseja seguir”, argumenta.

Já Daniel Gerchman, que está matriculado na University of London, teve a oportunidade de cursar algumas disciplinas de mestrado por estar no final da graduação de Engenharia de Materiais. Ele conta que na instituição em que estuda os currículos são diferentes e a graduação tem três anos, enquanto o mestrado dura apenas 12 meses. Porém, está ciente de que o tempo reduzido não significa facilidade para se formar. “A carga horária é

menor que na UFRGS, mas se espera que os alunos estudem o dobro de horas em casa.” Além disso, as provas são anuais, o que pressupõe que sejam mais difíceis e que o estudo não fique para os dias que antecedem os testes.

Experiência de vida – Ser intercambista pode ser a primeira oportunidade para viver sozinho ou compartilhar responsabilidades com outros jovens que também não têm experiência de cuidar de uma casa ou cozinhar, por exemplo. É o caso do Miguel, que divide um apartamento com um indiano, um zimbabuano e um brasileiro de Minas Gerais. Ele enfrenta a barreira da língua e está de olho no currículo que vai ganhar com a vivência no exterior. “Tenho que driblar as dificuldades do dia a dia e conviver com culturas diferentes. Acho que isso representa uma característica proativa, de querer buscar coisas novas e encarar desafios. Acredito que, futuramente, fazer intercâmbio deixará de ser um diferencial e passará a ser quase uma obrigatoriedade”, comenta, repetindo uma tese defendida pelos caçadores de talentos.

Outro aspecto que chama a atenção dos estudantes é a convivência com a atmosfera multicultural dos países para onde são enviados os bolsistas brasileiros. Daniel percebeu o quanto enriquece encontrar pessoas de todas as partes do mundo no mesmo lugar. “Convivemos com gente de todos os lugares do planeta. É normal, por exemplo, ver mulheres usando burcas, e todos respeitam.”

Verônica, que está chegando aos EUA, ainda não sabe como será a experiência de dividir um quarto com um desconhecido, pois ficará em alojamento da universidade. “Como não sou de Porto Alegre, partilhava um apartamento com outras amigas, mas dividir o quarto ainda não sei como será”. A estudante já sabe o aperto que a saudade vai provocar: mesmo sem morar com a família há três anos, nunca ficou mais de um mês sem visitar os pais em Casca, no interior do estado.

Nem tudo é perfeito – Mas, para os universitários das áreas de ciências humanas, o clima é de insatisfação, pois o edital é bastante restritivo. Focado nas áreas de tecnologia, o ramo da indústria criativa permitia que vários cursos fossem abarcados. Agora, foi limitado a cursos como Arquitetura. Se houve beneficiados em chamadas anteriores, o atual processo de seleção não permite mais histórias como a de Murilo Zardo. “Acho que sou o único estudante estrangeiro de jornalismo não só aqui, mas em todo o país, por este programa”, opina. O estudante recorreu à Justiça para conseguir a vaga na University of Illinois, nos EUA. No edital em que se inscreveu, a área de indústria criativa não contemplava a graduação em jornalismo, porém abarcava especialidades como fotografia, editoração eletrônica e televisão. A Capes rejeitou sua candidatura, mas, com a ajuda de um amigo advogado, ele conseguiu a bolsa e já está na metade do programa.

Apesar dos contratemplos, a experiência tem compensado pela qualificação dos profissionais e das aulas de que tem participado. “O curso é muito bom e bastante puxado. Aqui todos os

professores têm muita experiência. Tenho um que trabalhou por quase trinta anos no Washington Post, entrevistando pessoas como Bush pai e Bush filho, por exemplo, o que faz diferença em sala de aula. Além disso, nas disciplinas de reportagem cobram matérias com várias fontes”, comenta.

Do outro lado do oceano, o estudante Daniel Gerchman sentiu os problemas de ser integrante da turma pioneira que seguiu para o Reino Unido pelo Programa. “Houve demora em receber o dinheiro e foi prometido um aumento da bolsa de Londres, uma das cidades mais caras do mundo. Mas estamos há três meses aqui e pouca informação sobre isso nos foi passada. Espero que, com os editais seguintes, a situação tenha se normalizado”, considera.

A Capes informou que está regularizando o pagamento das bolsas que tiveram atraso. Segundo a instituição de fomento, houve um problema técnico com os repasses para o exterior junto ao Banco do Brasil, que já foi solucionado. Já em portaria publicada em dezembro, fica instituído um adicional-localidade para 96 cidades de alto custo de vida.

Como funciona

O candidato a uma bolsa tem de ter completado no mínimo 20% das disciplinas do curso e no máximo 90% para se inscrever no programa. No site do Ciência Sem Fronteiras, é preciso inserir dados como a nota do exame em proficiência ou a data em que ele será realizado e escolher o país onde deseja fazer graduação-sanduíche. Já com o comprovante de inscrição, é necessário encaminhar à Secretaria de Relações Internacionais (Relinter), que na UFRGS centraliza as indicações e acompanha os bolsistas. A Secretaria faz a mediação com as comissões de graduação e homologa a candidatura se o histórico escolar

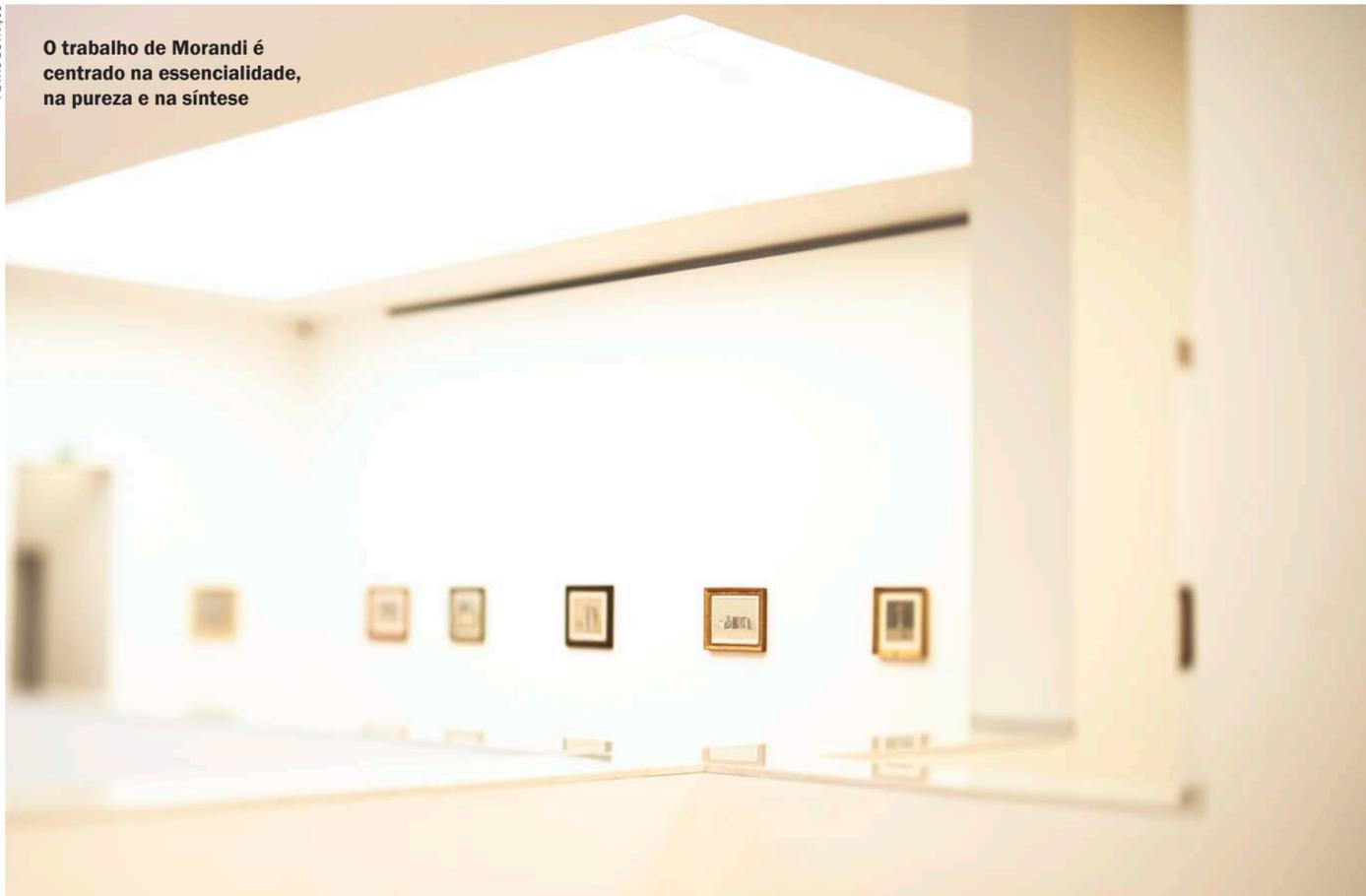
for bom. “Gostaríamos de contemplar todos, mas é fundamental ter bom desempenho, caso contrário, imagine as dificuldades que os bolsistas irão encontrar em uma faculdade estrangeira com outro idioma e método de ensino diverso?”, ressalta o vice-secretário Nicolas Maillard.

A Relinter faz, então, o encaminhamento das inscrições para a Capes e o CNPq, que vão aprovar ou rejeitar os candidatos. São também essas instituições que distribuem os selecionados entre as universidades e fazem os depósitos das bolsas, que têm valores médios de US\$ 870 mensais.



FLÁVIO DUTRA/JU

O trabalho de Morandi é centrado na essencialidade, na pureza e na síntese



Um clássico moderno

De acordo com uma das curadoras da exposição, Lorenza Selleri, a intenção era trazer de novo ao Brasil aquelas obras que Morandi selecionou pessoalmente para a Bienal de São Paulo, realizada em 1957. Na ocasião, o artista recebeu o maior prêmio de pintura da quarta edição da mostra paulistana. “Essa mostra foi importante porque não houve um curador; o próprio Morandi escolheu as telas”, aclara Lorenza. De acordo com a historiadora da arte e curadora, a busca pelo acervo que esteve no país há 55 anos foi complicada, pois vários dos proprietários dos quadros mudaram-se. Entre as pouco mais de 50 obras que ora estão na Fundação Iberê Camargo, figuram algumas pertencentes à Pinacoteca di Brera, que fica em Milão; à Galleria Nazionale, de Roma; ao Museo d’Art Moderna e Contemporanea di Trento e Rovereto (MART), situado na cidade de Rovereto; à Fondazione Longhi, de Florença; e à Fondazione Magnani Rocca, de Mamiano di Traversetolo, além de algumas emprestadas por colecionadores.

Oito das pinturas presentes na mostra atual estavam na de 1957. Também há quatro pinturas que Morandi queria incluir naquela data, mas cujos colecionadores não aceitaram emprestá-las. As demais foram sendo procuradas pelas curadoras a partir de aproximações com as datas dos quadros que estiveram na exposição em São Paulo. “Tentamos criar um percurso cronológico em que se pudesse conhecer toda a produção de Morandi e sua evolução”, justifica Lorenza. Sobre as gravuras que se encontram em uma das salas da Fundação Iberê Camargo, a curadora explica que, por ocasião da segunda edição da Bienal de São Paulo, ocorrida em 1953, o artista expôs obras feitas com essa técnica, o que também lhe deu o prêmio máximo no gênero. “É claro que, como uma única matriz gera várias cópias da mesma obra, as que estão aqui não são exatamente aquelas que estiveram em São Paulo, mas edições que integram o acervo do Museo Morandi”, ressalva.

Na opinião de Lorenza, o aspecto principal da obra do pintor e gravador bolonhês é que não há narração, fato, simbologia, alegoria ou descrição. Tampouco há pessoas. O artista retirava todos esses elementos de sua pintura. “Era um trabalho concentrado sobre o que ele via, sobre o real”, diz Lorenza. Morandi, porém, despiu os objetos de seus pormenores e os pintava como formas geométricas, com volume, explorando a espacialidade. “Não era um pintor de garrafas, como alguns o criticam, mas de formas”, explica a curadora. “Os músicos”, argumenta, “utilizam apenas sete notas e constroem suas obras. Assim como eles, Morandi, com os mesmos objetos, era capaz de criar composições completamente diferentes umas das outras”. É, pois, uma obra centrada na essencialidade, na pureza e na síntese. Ao fazer um perfil da produção do artista, Lorenza diz que dois traços são marcantes: a referência à pintura histórica italiana – de Giotto e Piero della Francesca, por exemplo –, e um olhar que já aponta para a modernidade. “Morandi é o mais moderno dos antigos e o mais antigo entre os modernos”, explica.

Artesão e poeta

Giorgio Morandi *Obra do artista italiano em exposição na Fundação Iberê Camargo convida o observador a atentar para sutilezas em pinturas e gravuras*

Everton Cardoso

Para o olhar contemporâneo – apressado, habituado a estímulos intensos e à frequentemente exagerada cultura visual deste século recém-iniciado –, passear por uma exposição de pinturas produzidas em meados dos anos 1900 pode ser uma experiência de difícil apreensão. Se essas telas forem um conjunto de naturezas mortas em que grupos de jarros, vasos e outros objetos estão dispostos sobre uma mesa, estáticos, a sucessão de um quadro após o outro levará o observador à impressão equivocada de que todos se parecem: o constante parece enfadonho; o sutil, consequentemente, fica invisível. E é exatamente esse o risco que correria aquele que tentasse passar apressadamente pelos dois andares da exposição *Morandi no Brasil*, que está em cartaz na Fundação Iberê Camargo até 24 de fevereiro.

Em termos temáticos, as pinturas e gravuras de autoria do italiano Giorgio Morandi realmente parecem bastante constantes: além de naturezas mortas, há paisagens, vasos de flores e nada

mais. A questão na obra do pintor e gravador que nasceu, viveu e trabalhou na cidade de Bolonha, no entanto, está muito mais presente na forma como retrata esses objetos e lugares. De acordo com Carlo Zucchini, amigo do artista e da família e atualmente uma espécie de fiador ou guardião do espólio de Giorgio Morandi, essa sensibilidade visível em detalhes tão sutis quanto o uso da luz em suas obras deve-se, sobretudo, ao ambiente familiar e social em que o pintor passou sua vida.

Trabalho árduo – Crítico de cinema que iniciava seu ofício, Carlo conheceu Giorgio ao fazer um favor que lhe fora pedido por um amigo poeta enquanto estava em Veneza: ao voltar à sua Bolonha natal, levaria uma carta endereçada ao artista. No momento da entrega, a conversa rendeu mais que o imaginado, e Morandi convidou o então jovem de 24 anos a voltar mais vezes. “Ele gostava de conversar sobre cinema. Perguntava sobre os filmes de Truffaut, Antonioni e me dizia tantas coisas que não lembro bem. Só depois é que fui me dar conta de que o que ele

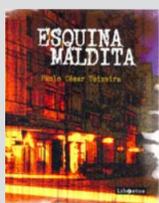
me dizia era belíssimo!”, lamenta. Com o conhecimento de quem conviveu com o pintor e com as três irmãs mais jovens, que, após a morte de Morandi, foram suas herdeiras, Carlo ressentiu-se ao dizer que muito já foi estudado sobre a obra pictórica do artista bolonhês, mas que ninguém, até o momento, dedicou-se a estudar profundamente a pessoa e a vida por detrás do artista. “Tendo convivido com ele, via algo que me cativava muito em seu universo”, conta. Carlo descreve Morandi como um sujeito recluso, pois precisava de tempo para trabalhar. “Era mais com a cabeça, não tanto com o pincel”, relata.

Muito dessa personalidade do artista resultou, segundo Carlo, do fato de ele ter vindo de um estrato social bastante particular: uma classe formada por artesãos que habitavam zonas medievais das cidades italianas. “Nem mesmo os historiadores analisaram essa classe de artesãos habilíssimos, mas anônimos”, conta. Para continuar sua descrição da personalidade de Morandi, logo emenda outra história: como o pai do artista morreu ainda quando ele era criança, o pequeno

Giorgio disse à mãe que a ajudaria. Ela não aceitou. “Era uma senhora muito inteligente e fazia parte dessa classe de artesãos. Ela o tomava pela mão e levava a uma igreja não muito longe de sua casa”, conta. Foi assim que o futuro artista viu suas primeiras obras de arte e começou a aprender seu ofício. “*Questa mamma era extraordinária!*”, exclama o guardião.

Carlo Zucchini diz que a essa origem o artista devia toda a sabedoria infinita do povo italiano que levava consigo. Mas não só da família e da origem social de Morandi advêm essas características. Na estrada antiga em que o pintor vivia, havia vários poetas e daí ele teria aprendido a língua italiana. Por isso, o guardião da herança do artista assevera: “A grandeza de Morandi está em ter sido um poeta em meio aos artesãos”. “Ele foi capaz”, completa, “de colocar na sua obra toda a sabedoria da história de nosso país.” E lamenta: “Nunca escrevi sobre isso porque não sou escritor; deve escrever quem é capaz de fazê-lo. Pouco a pouco comecei a compreender as coisas que vi e vivi. Espero que alguém as estude”, conclui.

JU indica



Esquina maldita

Paulo César Teixeira
Porto Alegre, Editora Libretos,
2012. 230 páginas
R\$ 26 (preço médio)

O livro retrata um espaço da cidade que serviu de palco para as transformações culturais e comportamentais da juventude nos anos 60 e 70, e também para os jovens revolucionários levarem adiante a luta de quem acreditava que poderia mudar o mundo. A partir de pesquisa minuciosa e do relato de quem frequentou os bares da “esquina” da Osvaldo Aranha com a Sarmento Leite, conhecendo de perto os personagens que aparecem nas mais de 200 páginas de pura história, Teixeira mostra desde a luta estudantil iniciada ainda antes dos anos de chumbo até

o surgimento da contracultura entre os porto-alegrenses. E também como os movimentos que transformaram a música, o teatro e o cinema foram absorvidos. Todo esse panorama passou pelas mesas de bares como Alaska, Estudantil, Copa 70 e Marius.

A efervescência do período é contextualizada com a história do Brasil e do mundo, com foco na ditadura, no endurecimento da política nacional que mudou radicalmente o movimento estudantil. Se no começo dos anos 60 se buscavam uma mudança de currículos e a maior participação dos alunos nos processos de decisão, o Golpe de 1964 impulsionou a luta armada, sendo parte das ações planejadas nos bares da Esquina Maldita em frente à UFRGS. Já na esfera comportamental, muitos artistas porto-alegrenses recontam a história de uma revolução que inclui drogas, liberação sexual e apoloquia ao amor, em oposição à guerra que acontecia em lugares como o Vietnã. Leitura imperdível para quem quer conhecer um pouco da época e do contexto local, mas também para quem viveu aquele período e pretende somente aplacar a saudade. (Samantha Klein)

A obra reúne depoimentos de professores e profissionais de educação que participaram do curso “Procedimentos didático-pedagógico aplicáveis em história e cultura afro-brasileira”, promovido pelo programa de extensão Educação Antirracista no Cotidiano Escolar e Acadêmico. Direcionando sua carta aos professores e tutores, Deisi Maria Moraes Ferreira, docente nas cidades de Canela e Gramado, escreve



Cartas: bordados e tramas de ideias

Memórias e projetos sobre a temática afro-brasileira

Patrícia Fernandes Lazzaron,
Rita de Cássia Camisolão e Vera
Neusa Lopes (orgs.)
Porto Alegre, Editora da UFRGS,
2012, 376 páginas
Exemplares gratuitos podem
ser obtidos pelo e-mail deds@
prorext.ufrgs.br

um dos relatos mais comovedores: alguém que na infância aprendeu a ver-se diferente, indagando-se “por que fico triste quando vejo as outras crianças chamarem umas às outras por apelidos? *Negra preta* me doía tanto”. Com o passar do tempo, Deise se descobre uma mulher negra, vivendo numa região em que predominavam imigrantes italianos e alemães. Numa narrativa destituída de discursos rancorosos, a professora de Geografia diz que para ela o curso que fez na UFRGS foi uma oportunidade de descobrir uma parte da história de sua própria família, e assim conhecer-se melhor.

Há também a carta de Vanderlei de Paula Gomes, aos seus alunos negros, numa autorretratação por muitas vezes ter deixado do lado de fora sua identidade afrodescendente ao entrar em sala de aula. Mas garante a seus alunos que todos começarão a chegar mais felizes porque professores “andam contando por aí e mostrando materiais e documentos que provam que existia uma história que estava apagada e que apagava pessoas”. (Jacira Cabral da Silveira)



Bares de luta

Memória Como a Esquina Maldita contribuiu para unificar o movimento estudantil em tempos de repressão

Samantha Klein

“E quem não frequentava os bares da Esquina Maldita?”, dispara a antiga dona do lugar mais famoso da quadra, o Alaska. É muito provável que os jovens que hoje frequentam o último bar surgido em uma época que marcou a luta estudantil dos anos 60, o Marius, localizado na Avenida Osvaldo Aranha próximo à Sarmento Leite, na capital, nunca tenham ouvido esse termo. A Esquina Maldita congregava diferentes tribos que em certo momento foram fundamentais para a luta dos estudantes antes e durante a ditadura militar.

O Alaska – O ícone dos revolucionários surgiu em 1966 quando o ex-garçon Alfredo Ribeiro resolveu se estabelecer na esquina que compreendia a Sarmento Leite com a Osvaldo Aranha, depois de ter trabalhado no bar Acapulco, precursor dos demais “reducos”. O estabelecimento, com nome de Paraíso Tropical, tinha a fotografia de Che Guevara à parede, conforme relato do jornalista José Antônio Severo, e era predominantemente frequentado por estudantes e professores da UFRGS. “Para mim, a Esquina não tinha nada de maldita! Tínhamos uma clientela boa e fizemos muitos amigos. O problema era quando a polícia aparecia e tínhamos de correr para fechar as portas para que o gás lacrimogêneo não entrasse”, relembra Diaci Ribeiro, antiga proprietária do bar juntamente com o marido.

O Alaska se tornou referência para a realização de muitas reuniões do movimento estudantil antes do golpe militar e nos primeiros anos de repressão, já que era bastante difícil manter esse tipo de “diálogo” em sala de aula. Os professores tidos como comunistas foram afastados e os demais eram motivo de desconfiança por parte dos alunos, mesmo que não fossem alinhados com os ditadores. Não foi à toa que, no começo dos anos 80, o movimento do local caiu e logo veio o fechamento em 1985, já que naquele período os cursos que eram abarcados pelo Instituto de Filosofia foram transferidos para o Câmpus do Vale.

Mas aquele também era o lugar no qual a militância comemorava as pequenas vitórias. Uma das noites mais importantes ocorreu em 1966, segundo o então acadêmico Raul Pont. No Alaska, a festa foi de comemoração pela vitória de André Forster, aluno das Ciências Sociais, para a presidência do Centro Acadêmico Franklin Roosevelt, o mais revolucionário dos CAs da época, por agregar cursos como História e Filosofia. “Aquilo foi como se tivéssemos vencido o regime militar”, relembra nostalgicamente o atual deputado estadual pelo PT.

Outros locais “fizeram a cabeça” de esquerdistas e daqueles que não estavam preocupados em combater o regime militar. Bares como o Estudantil e o Copa 70 reuniam jovens que aproveitaram a revolução cultural e comportamental da época para transgredir os padrões sociais e morais. Foi também nesses espaços que os hippies e os adeptos do novo teatro e Cinema Novo se reuniam. Para quem quiser entender a efervescência do período, o livro de Paulo César Teixeira, “Esquina Maldita”, lançado no final do ano passado durante a Feira do Livro de Porto Alegre [cuja resenha poder ser lida na página ao lado], é uma leitura obrigatória.

Último, mas bem ancorado – Leitor de Camões e Camilo Castelo Branco, o português Mário Fernandes é o sobrevivente de um momento único de luta



O Alaska reunia diferentes tribos que foram fundamentais para o movimento estudantil porto-alegrense antes e durante a ditadura militar

Novos tempos, novos embates

Hoje as lutas e os bares que os estudantes costumam frequentar são outros, sem esquecer, é claro, do movimento que ainda persiste no Marius. Com o crepúsculo do movimento contra a ditadura dos 70, os anos 80 e 90 foram de renovação nos embates, e a pauta passou a ser a resistência à graduação puramente voltada para o mercado, em prejuízo da formação humana e crítica. Esse foi o legado dos militares para a reforma no ensino superior. A renovação do movimento estudantil também foi um período de foco nos problemas mundiais e da América Latina, que vinha saindo dos regimes ditatoriais, como a Nicarágua, que passou pela Revolução Sandinista. “Por vezes, o debate

ficava muito centrado na questão da Nicarágua, o que acabava por distanciar boa parte dos estudantes. Já com o governo FHC a bandeira era contra o neoliberalismo, as mazelas sociais e a exclusão”, relata o historiador Luiz Alberto Grijó.

O professor lembra que um novo paradigma se abre para o movimento estudantil a partir da ascensão do PT, ao mesmo tempo em que partidos mais à esquerda passam a penetrar entre os militantes, como é o caso de PSOL e PSTU. “Se a esquerda está no poder, contra o que contestar? É a partir desse quadro que se percebem pautas mais próximas dos alunos, como as ampliações: do RU, da acessibilidade universal e das cotas sociais na universidade.

Este tema, por sinal, é uma questão política muito profunda, uma discussão ideológica que tem a ver com a condição de dominação e com uma relação social que perdura há séculos. A discussão tem ajudado para que a sociedade aceite”, constata. Além disso, Grijó, especializado em movimentos estudantis, acredita que é justamente dessas organizações que saem as ideias novas, pois persiste um idealismo e uma militância menos racionalizada do que a dos partidos em si e muito mais emotiva. “Isso acontece porque as universidades, principalmente as públicas e as confessionais mais antigas, ainda são os espaços nos quais a liberdade de expressão existe quase em sua plenitude”, aponta Grijó.

estudantil e de boemia que não retornou ao palco que foi aquela esquina. O nonagenário abriu as portas do Marius (aliás, o bar ainda não tinha nome) em 1975 e de lá para cá lucrou bastante. Ganhou não só dinheiro, mas também muitos amigos, da direita e da esquerda.

O bar foi mais um dos que acompanhou a geração de estudantes na década de 70 em paralelo ao movimento da contracultura. Porém, tudo com muito respeito, como faz questão de frisar Mário. “Certa vez um rapaz entrou com um ‘fininho’ aqui e queria ir ao banheiro. Eu não deixei, ele insistiu e forçou a entrada. Acabou levando uma garrafada na cabeça”, conta, recordando de ter banhado o jovem de cerveja. “Aquele não incomodou mais”, diz entre risos.

O Marius ganhou esse nome por escolha dos alunos da universidade, sobre o que seu dono garante ter havido concordância imediata. O bar que permanece aberto no edifício Cacique mantém o bom bolinho de bacalhau e o “melhor café da quadra”, mas quanto ao horário é mais restrito. Se há 40 anos funcionava praticamente 24h, agora fecha às 20h em razão da falta de segurança. “Tenho saudade daquela época. Não havia assaltos naquele tempo”, relata. Apesar da nostalgia, deixa claro que nunca prejudicou ninguém: “Eu sabia quem andava armado, mas nunca delatei. Tinha até um

coronel que vinha me perguntar, mas eu desviava do assunto”, finaliza com um sorriso cúmplice de quem conheceu de perto Leonel Brizola, o líder do movimento da Legalidade.

De pernas pro ar – Os anos 60 foram revolucionários no mundo inteiro. No caso dos universitários brasileiros, as lutas começaram ainda na década anterior, já que uma das principais reivindicações era a maior participação num sistema considerado autoritário e elitista, baseado em cátedras vitalícias. Havia urgência em mudar o sistema com a realização de concursos para a contratação de professores. Por outro lado, se exigia a atualização dos currículos, da mesma forma que os jovens docentes formados no exterior se aliaram ao movimento para poder atuar nas instituições e ampliar o espectro da pesquisa, que era incipiente.

Há 50 anos, o universo acadêmico foi agitado pela Greve do Um Terço [movimento realizado em 1962 em que os estudantes reivindicaram maior democracia nas universidades por meio da participação de pelo menos um terço de representantes estudantis nos órgãos colegiados]. O deputado Raul Pont entraria somente em 1964, dois anos depois, no curso de História da UFRGS, mas acompanhava a efervescência do momento. “Lembro-me da maior greve

estudantil daquele tempo que foi puxada pela UNE. Depois do golpe, a UNE passa a ser o único movimento que sobrevive de maneira organizada contra a ditadura, pois a incipiente organização sindical foi silenciada. Seja por sobrevivência ou por razões pragmáticas, os dirigentes foram se calando”, ressalta o petista, recordando os congressos clandestinos da organização entre 1966 e 1968 – no último, mais de mil delegados foram presos na tentativa de se reunir na zona rural de Ibiúna, no interior paulista. “Aquilo foi uma irresponsabilidade tremenda. Era impossível que ninguém visse um monte de barbudos adentrando no mato em prol da luta armada”.

No mundo, ainda havia a Guerra do Vietnã e a derrota dos americanos para os vietcongs, a recente Revolução Cubana e as ditaduras militares se alastrando pela América Latina com o pretexto da ameaça comunista. “Quando a gente quer compreender *l'air du temps*, como dizem os franceses, é importante entender o contexto, porque senão fica uma aura de romantismo ou até mesmo a ideia de que os estudantes revolucionários eram uns ‘louquinhos’. Não éramos loucos, apesar de termos errado nas estratégias. Não havia um líder messiânico que levou a juventude a lutar, mas tinha uma América Latina se transformando em regimes ditatoriais e o Vietnã, que resistiu

ao imperialismo dos Estados Unidos. A nossa luta não foi ingênua”, relata o ex-guerrilheiro Flávio Koutzii, que hoje se dedica aos livros.

Porém, com o AI-5, a repressão ficou ainda mais pesada, e os estudantes com ideais marxistas, dissidentes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que vislumbravam a tomada do poder pela via armada, ficaram encurralados. “O que antes eram reuniões para mudar o currículo passou a ter como finalidade a organização da guerrilha. Se as primeiras reuniões de debate ideológico aconteciam no Alaska, ainda com o viés das melhorias necessárias à educação, o aumento da repressão nos fez buscar as células”, recorda Flávio Koutzii, que participou da Dissidência Leninista, que se fundiu à Organização Marxista Política Operária (Polop), movimento dissidente do Partidão que se transformou no Partido Operário Comunista (PCO).

Com a entrada dos anos 70, a militância estava cansada por conta de derrotas, prisões e tortura. Nesse panorama, o exílio foi o caminho. Koutzii foi um dos tantos militantes que foi embora, passando pela França, Chile e Argentina. No país vizinho, que teve uma das mais sanguinárias ditaduras da América Latina, se juntou ao Exército Revolucionário do Povo, sendo preso e torturado. Mas esse é assunto para outra reportagem.

DESTAQUE



Programação do Centro procura conscientizar para a preservação do ecossistema marinho

Aprendendo a valorizar a natureza

Extensão Ceclimar promove oficinas, exposições e outras atividades educativas para crianças e jovens

De 5 de janeiro a 3 de março, o Centro de Estudos Costeiros, Limnológicos e Marinheiros (Ceclimar) da UFRGS promove uma série de atividades voltadas para a comunidade do Litoral Norte. A programação abrange visitação, oficinas, trilhas ecológicas, exposições itinerantes e temporárias.

Segundo a coordenadora da Divisão de Atividades de Extensão do Centro, a bióloga Cariane Campos Trigo, as atividades são organizadas pelas equipes do Setor de Educação Ambiental e do Museu de Ciências Naturais com o objetivo de promover a conscientização dos veranistas e da população residente

no Litoral Norte para os cuidados com o ecossistema marinho.

Cariane ressalta que, durante todo o ano, as atividades do Ceclimar são pautadas pelo atendimento aos animais encontrados na costa gaúcha que necessitam de tratamento no Centro de Reabilitação de Animais Marinheiros (Ceram). “Temos o grave problema das tartarugas marinhas, que costumam ingerir o lixo jogado no oceano. No inverno, são mais comuns os casos de pinguins e lobos marinhos que chegam muito debilitados à costa gaúcha. Por isso, é necessário conscientizar e informar as pessoas sobre os cuidados

necessários no trato com esses animais. Muitas vezes, elas nos trazem leões marinhos que estavam apenas descansando na beira da praia e não precisariam de atendimento”, conta a bióloga. Ela explica que as águas escuras e frias do nosso litoral escondem uma fauna muito rica, resultante do encontro das correntes marinhas das Malvinas e do Brasil: “As pessoas olham para o nosso mar e não conseguem ver além do ‘chocolatão’. Por conta disso, a nossa maior preocupação é passar conhecimento sobre essa diversidade escondida”.

Uma das novidades deste ano será a

exibição do esqueleto da baleia jubarte encalhada no Litoral Norte do RS em agosto de 2010. Por conta da montagem do esqueleto, a abertura oficial do Museu de Ciências Naturais ocorrerá em 11 de janeiro, às 17h. O Museu tem visitação de terças a domingos, das 15h às 19h, com ingressos ao preço único de R\$ 3. Já o Centro de Reabilitação de Animais Marinheiros (Ceram), que trata dos animais encontrados na orla gaúcha, tem horário de visitação de sextas a domingos, das 16h às 18h. Com exceção da exposição do Museu, todas as atividades oferecidas têm entrada franca.

O público também poderá participar da exposição temporária “Fauna e flora na tradição gaúcha – paisagens de Maquiné”, em cartaz no auditório do Ceclimar no período de 11 de janeiro até 3 de março, com horário de visitação de terças a domingos, das 15h às 19h. Para quem não puder ir até Imbé, a dica é conferir a mostra itinerante “Ceclimar vai à praia”, nos seguintes balneários: em Tramandaí, nos dias 18 de janeiro e 15 de fevereiro; em Atlântida Sul, nos dias 25 de janeiro e 2 de fevereiro; e em Xangrilá, no dia 1.º de fevereiro. Mais informações pelo telefone (51) 3627-1309.

CINEMA

Mostra Cinema e Rock

Reprise da seleção de filmes e documentários organizada pelos bolsistas da Sala Redenção Fernanda Castilhos (Artes Visuais) e Maurício Lobo (Jornalismo), alunos da UFRGS. Sessões com entrada franca.



CADILLAC RECORDS (EUA, 2008, 109 min), de Darnell Martin
Sessões: 7 de janeiro, 16h; 28 de janeiro, 19h

ELVIS - O INÍCIO DE UMA LENDA (Elvis, EUA, 2005, 173 min), de James Sadwith
Sessão: 7 de janeiro, 19h

O GAROTO DE LIVERPOOL (Nowhere boy, Inglaterra, 2009, 97 min) de Sam Taylor-Wood
Sessão: 8 de janeiro, 16h

JOHNNY & JUNE (Walk the line, EUA, 2005, 135 min), de James Mangold
Sessão: 8 de janeiro, 19h

LOKI - ARNALDO BATISTA (Brasil, 2008, 120 min), de Paulo Henrique Fontenelle
Sessão: 9 de janeiro, 16h

STONED - A HISTÓRIA

SECRETA DOS ROLLING STONES (Stoned, Inglaterra, 2005, 102 min), de Stephen Woolley
Sessões: 9 de janeiro, 19h; 28 de janeiro, 16h

NÃO ESTOU LÁ (I'm not there, EUA, 2007, 135 min), de Todd Haynes
Sessões: 10 de janeiro, 16h; 29 de janeiro, 19h

THE BEATLES - OS REIS DO IÊ IÊ IÊ (A Hard Day's Night, EUA, 1964, 87 min), de Richard Lester
Sessões: 10 de janeiro, 19h; 29 de janeiro, 16h

WHEN YOU'RE STRANGE: UM FILME SOBRE THE DOORS (When you're strange: a film about The Doors, EUA, 2010, 86 min), de Tom DiCillo
Sessões: 14 de janeiro, 16h; 31 de janeiro, 19h

ACROSS THE UNIVERSE (EUA, 2007, 133 min), de Julie Taymor
Sessão: 14 de janeiro, 19h

GEORGE HARRISON: LIVING IN THE MATERIAL WORLD (EUA, 2012, 208 min), de Martin Scorsese
Sessões: 15 de janeiro, 16h; 30 de janeiro, 16h

QUASE FAMOSOS (Almost famous, EUA, 2001, 122 min), de Cameron Crowe
Sessão: 16 de janeiro, 16h

THE ROLLING STONES - SHINE A LIGHT (Shine A Light, Inglaterra, 2008, 121 min), de Martin Scorsese
Sessão: 16 de janeiro, 19h

VELVET GOLDMINE (Velvet Goldmine, Inglaterra, 1998, 124 min), de Todd Haynes
Sessão: 17 de janeiro, 16h

TOMMY (Inglaterra, 1975, 111 min), de Ken Russell
Sessão: 17 de janeiro, 19h

LED ZEPPELIN - THE SONG REMAINS THE SAME (EUA, 1976, 137 min), de Peter Clifton e Joe Massot
Sessão: 21 de janeiro, 16h

RAUL - O INÍCIO, O FIM E O MEIO (Brasil, 2012, 100 min), de Walter Carvalho e Leonardo Gudel
Sessão: 21 de janeiro, 19h

PINK FLOYD - THE WALL (The Wall, Inglaterra, 1982, 95 min), de Alan Parker
Sessões: 22 de janeiro, 16h; 31 de janeiro, 16h

A FESTA NUNCA TERMINA (24 hour party people, Inglaterra, 2002, 117 min), de Michael Winterbottom
Sessão: 22 de janeiro, 19h

CAZUZA - O TEMPO NÃO PARA (Brasil, 2004, 94 min), de Walter Carvalho
Sessão: 23 de janeiro, 16h

ÚLTIMOS DIAS: O ROCK AND ROLL NUNCA MORRERÁ (Last days, EUA, 2005, 96 min), de Gus Van Sant
Sessão: 23 de janeiro, 19h

WOODSTOCK - 3 DIAS DE PAZ, AMOR E MÚSICA (Woodstock, EUA, 1970, 224 min), de Michael Wadleigh
Sessão: 24 de janeiro, 16h

Heróis no cinema: entre deuses e monstros

Ciclo dedicado aos heróis da telona, com curadoria de Marcelo Pizarro Noronha (Grupo de pesquisa em Jornalismo Esportivo da Fabico/UFRGS). Sessões com entrada franca.



BATMAN, O HOMEM MORCEGO (Batman, the movie, EUA, 1966, 105 min), de Leslie H. Martinson
Charada, Pinguim, Coringa e Mulher-Gato usam invenção secreta de forma maléfica.
Sessões: 4 de fevereiro, 16h; 28 de fevereiro, 19h

BEȘOURO VERDE (The Green Hornet, EUA, 1966, 90 min), de William Beaudine
O herói é o alterego do dono do maior jornal de Chicago.
Sessões: 4 de fevereiro, 19h; 5 de fevereiro, 16h

FLASH GORDON: CONQUISTADORES DO UNIVERSO (EUA, 1936, 102 min), de Frederick Stephani e Ray Taylor
O herói enfrenta a ira do imperador Ming, que deseja destruir a Terra.
Sessões: 5 de fevereiro, 19h; 6 de fevereiro, 16h

HOWARD, O SUPER-HERÓI (Howard, the duck, EUA, 1986, 110 min), de Wilard Huyck
As aventuras de um pato sarcástico que chega à Terra por meio de um experimento científico.
Sessões: 6 de fevereiro, 19h; 7 de fevereiro, 16h

O CÃO DOS BASKERVILLES (The hound of the Baskervilles, Reino Unido, 1939, 87 min), de Sidney Lanfield
O solar dos Baskervilles abriga a família que vive assombrada pela lenda de um cão diabólico.
Sessões: 7 de fevereiro, 19h; 18 de fevereiro, 16h

O JULGAMENTO DO INCRÍVEL HULK (The trial of the Incredible Hulk, EUA, 1989, 100 min), de Bill Bixby
Ao tentar impedir um assalto, o herói é preso e defendido por um advogado cego.
Sessões: 18 de fevereiro, 19h; 19 de fevereiro, 16h

O JUSTICEIRO - EM ZONA DE GUERRA (Punisher: war zone, EUA/Canadá/Alemanha, 2008, 107 min), de Lexi Alexander
A guerra de um homem só contra o mundo do crime organizado.

Sessões: 19 de fevereiro, 19h; 20 de fevereiro, 16h

O VAMPIRO DA NOITE (Horror of Dracula, EUA, 1958, 82 min), de Terence Fisher
Drácula sai da Transilvânia em busca de novas vítimas.
Sessões: 20 de fevereiro, 19h; 21 de fevereiro, 16h

SIN CITY: A CIDADE DO PECADO (EUA, 2005, 124 min), de Frank Muller, Robert Rodriguez e Quentin Tarantino
Homem quer vingar a morte da única mulher que amou na vida.
Sessões: 21 de fevereiro, 19h; 25 de fevereiro, 16h

SUPERGIRL - O FILME (Reino Unido, 1984, 124 min), de Jeanott Szwarc
As desventuras de uma heroína levada acidentalmente para a Terra.
Sessões: 25 de fevereiro, 19h; 26 de fevereiro, 16h

V DE VINGANÇA (EUA, 2006, 132 min), de James McTeigue
A história se passa em uma realidade alternativa, na qual a Alemanha teria vencido a Segunda Guerra Mundial.
Sessões: 26 de fevereiro, 19h; 27 de fevereiro, 16h

WATCHMEN, O FILME (EUA/Canadá/Reino Unido, 2009, 162 min), de Zack Snyder
Mascarado descobre plano para matar e desacreditar todos os super-heróis.
Sessões: 27 de fevereiro, 19h; 28 de fevereiro, 16h

EXPOSIÇÃO

Fotografei o Sobre

Exposição individual da acadêmica Marielen Baldissera, que apresenta imagens captadas por um olhar à toa, no sentido de que buscam no mundo uma compreensão pela invenção, pela recriação, em que só é falso o que não se inventa. Curadoria do fotógrafo e professor da Unisinos Flávio Dutra. Visitação: até 28 de fevereiro
Local e horário: saguão da reitoria, de segunda a sexta, das 8h às 18h
Entrada franca



Projeto Percurso do Artista - Eduardo Vieira da Cunha

Mostra intitulada “Estar em qualquer lugar (a viagem como metafora produtiva)”, que apresenta 38 trabalhos, entre pinturas e fotografias, do artista e professor do Instituto de Artes da UFRGS. Visitação: até 31 de maio de 2013
Local e horário: Sala Fahrion, de segunda a sexta-feira, das 10h às 18h
Entrada franca

Alan Turing

Mostra em homenagem ao centenário do matemático e criptanalista, considerado o pai da informática. A exposição foi idealizada na disciplina Mentes e Máquinas, desenvolvida nos programas de Pós-graduação em Computação e em Informática da Educação da UFRGS, com a curadoria do professor Dante Barone. Visitação: até 22 de março de 2013
Local e horário: Museu da UFRGS, de segunda a sexta-feira, das 9h às 18h
Entrada franca, com agendamento para visitas de grupos de escolas pelo telefone 3308-3390 ou diretamente no site www.ufrgs.br/museu.

ONDE?

► **Ceclimar**
Av. Tramandaí, 976 - Imbé
Fone: 3308-1254

► **Museu da UFRGS**
Oswaldo Aranha, 277
Fone: 3308-3390

► **Sala Fahrion**
Paulo Gama, 110 - 2.º andar
Fone: 3308-3933

► **Sala Redenção**
Luiz Englert, s/n.º
Fone: 3308-3933

Meu Lugar na UFRGS

FLÁVIO DUTRA/JU

Em casa no Câmpus



O estudante de licenciatura em Letras (ênfase em Português e Alemão) Willian Radünz não tem dúvidas ao afirmar que seu lugar na UFRGS é o Instituto de Letras (IL): “É onde eu passo quase o dia inteiro – aqui participo de projetos, estudo, converso com os amigos, é onde marco de encontrar minha namorada (que também estuda aqui), enfim, essa região é o lugar onde eu vivo”. Mas nem sempre foi assim.

Quando ingressou na Universidade, em 2007 ele tinha apenas dezessete anos. Após ser premiado em uma feira de ciências no ensino médio, o rapaz escolheu cursar Física. “Ganhar o primeiro lugar na área das exatas me emocionou e foi uma forte motivação.” Mas não era apenas essa área que lhe chamava a atenção. Em sua cidade natal, Três de Maio, gostava de praticar esportes, presidiu o grêmio estudantil do colégio em que estudava, foi cantor de festivais de música e participou de concursos de poesia.

Com uma diversidade tão grande de interesses, era natural que tivesse dúvidas sobre que carreira seguir. Aprovado em seu primeiro vestibular, decidiu não encarar a conclusão do curso como uma obrigação, e além da Física, passou a fazer cadeiras de cursos como Sociologia, Geografia, História, Filosofia, Matemática, Computação e Letras, para conhecer mais a Universidade e se assegurar de sua escolha.

Nessa fase de experimentação, Willian fez cadeiras de literatura e alemão, língua falada em casa por seus pais. Conversando com os colegas, conheceu as possibilidades de carreira e os projetos de pesquisa do IL, onde passou a estudar em 2010. “O que me motivou foi o fato de existir uma gama maior de coisas que eu poderia fazer. Na Física, não entraria em contato com outras áreas de que gostava muito. Percebi que isso fazia falta.”

Projetos – O interesse pelos projetos desenvolvidos no IL foi um fator decisivo para a mudança. Desde o início de 2012, Willian é voluntário no Programa Português para Estrangeiros (PPE) e desde 2010, bolsista do Atlas Linguístico-Contatual das Minorias Alemãs na Bacia do Prata - Hunsrückisch (ALMA-H). O PPE é oferecido pela UFRGS para estudantes que queiram vir ao Brasil estudar português e para os que cursam disciplinas na Universidade e precisam de reforço para compreender melhor as aulas.

A escolha da ênfase em Alemão

não aconteceu por acaso. “Minha família é de origem alemã, então sempre tive bastante contato com a cultura.” Entretanto, o fato de ter crescido imerso nesse tipo de ambiente não trouxe apenas facilidades. Apesar de os pais falarem alemão, não ensinaram a língua a Willian. “Minha mãe aprendeu o alemão como primeira língua, e na escola foi forçada a aprender o português. Isso foi um choque muito grande para ela, por isso não quis passar pra mim por medo de que eu sofresse o preconceito que ela sofreu.”

O caso da mãe de Willian não é isolado, e evitar que histórias como a dela se repitam é um dos objetivos do projeto ALMA-H: “Uma das coisas bacanas que a gente faz nesse projeto é conhecer as comunidades e entender um pouco da sua cultura. É importante usar o conhecimento para criar políticas linguísticas e ações para as comunidades, e isso tentamos fomentar no projeto”.

Distância – A maior diferença entre Três de Maio e a capital é o ritmo de vida mais acelerado. “As duas coisas de que mais sinto falta são acordar com o som de galo e passarinhos de manhã, e a tradição de todo domingo levantar cedo, tomar chimarrão, fazer um churrasco legal com a família e jogar canastra depois.” Mas morar em Porto Alegre também tem vantagens. Para o rapaz, a maior delas é “o acesso a certos meios culturais, o que não havia na minha cidade”.

Apesar da distância, Willian conta que não se sente tão longe do interior por causa dos amigos que encontrou na Casa do Estudante, onde mora – “a Casa está cheia de pessoas do interior do estado, então não foi uma mudança tão brusca”. Além disso, a saudade é amenizada pelo auxílio oferecido pela UFRGS para que visite a família. No entanto, Willian não pôde estar com os pais no último réveillon por um bom motivo: em 31 de dezembro ele embarcou rumo à Alemanha. Essa é a primeira vez que Willian visita o país, onde deve permanecer até março, participando de um intercâmbio.

Bibiana Guaraldi, estudante do 8.º semestre de Jornalismo da Fabico

Esta coluna resulta de uma parceria entre o JU e a UFRGS TV. Os programas com as entrevistas aqui publicadas serão exibidos no Canal 15 da NET diariamente, às 20h e às 23h.

Você tem o seu lugar na UFRGS?

Então escreva para jornal@ufrgs.br e conte sua história – ou a de alguém que você conheça – com esse local

Perfil

Natação e outros amores

Luiz Fernando Martins Krueel
Professor da ESEF confessa sua paixão pelas trilhas na natureza

Vencedor da Menção Honrosa na 26.ª edição do Prêmio Jovem Cientista, Luiz Fernando Krueel tem uma paixão desconhecida por muitos. Ao falar de seu hobby preferido, o professor da Escola de Educação Física da UFRGS (ESEF) não esconde o sorriso: “Adoro fazer trilhas na natureza, que podem ser a pé ou a cavalo”. Ele conta que seu grupo de trilha gosta de desbravar diferentes locais no interior do Rio Grande do Sul: “Procuramos conviver com a natureza e com a nossa tradição”, revela. São lugares históricos nos quais se buscam novos conhecimentos a respeito da região, sempre com a ajuda de um historiador. Já foram às Missões Jesuíticas de São Miguel e ao Caminho das Mulass, em Lindolfo Collor. Também estiveram em Capão da Convenção, perto de Júlio de Castilhos, local histórico onde em 1889 teve lugar a célebre reunião de Júlio de Castilhos com o mais representativo grupo da Propaganda Republicana.

Pioneirismo – Além de coordenador de cinco projetos de extensão e de um programa para pessoas com Síndrome de Down, Krueel é membro da Câmara de Extensão e dá aulas de natação, de fisiologia do exercício e também na pós-graduação da ESEF. Pai de dois filhos, ingressou na UFRGS como professor em 1984 e logo teve a ideia de montar um grupo para um projeto de pesquisa e extensão. Em 1986, estruturou uma equipe de profissionais para trabalhar ‘natação com crianças que sofrem de asma’, dentro de um projeto de ensino e pesquisa voltado para a melhoria da saúde. No mesmo ano, Krueel e sua equipe de pesquisa foram pioneiros na implantação da modalidade de hidroginástica entre os exercícios aquáticos.

“Um dos pontos do prêmio Jovem Cientista é a inovação tecnológica no esporte”, explica Krueel. Junto com seu grupo, desenvolveu um protocolo de

avaliação e prescrição de atividades físicas. Esse protocolo era acessível e de baixo custo para os profissionais que o utilizavam, para que esse trabalho saísse do laboratório e virasse realidade de mercado. Para a entrega da premiação, a banca avalia em duas partes o projeto: a de produção científica e a de formação de recursos humanos para a própria universidade ou escola. Anos de pesquisa no grupo do professor fizeram com que alguns ex-alunos se tornassem professores e criassem o seu próprio grupo de pesquisa sobre o movimento humano aqui mesmo na UFRGS e em outras universidades.

Reconhecimento – O pesquisador que conquista a menção honrosa do Prêmio Jovem Cientista não se inscreve na competição. Ele é indicado pela sociedade científica e entidades associadas. Em 2012, o tema foi “Inovações Tecnológicas no Esporte”, e não ficou restrito à educação física, tendo vencedores nas áreas de engenharia, nutrição e química. Rindo, Krueel revela que a condecoração foi uma surpresa: “Na hora eu até achei que era uma pegadinha, porque, mesmo estando dentro do Prêmio Jovem Cientista, não é dado a um jovem”. Além de surpresa, ele ficou também muito honrado: “É um orgulho muito grande, por vir trabalhando em um grupo de pesquisa há 26 anos e poder colher os frutos desse prêmio”.

Ele começou como monitor, virou atleta e depois técnico

Sua paixão pela natação surgiu logo cedo, conta o porto-alegrense. Na escola ACM, onde estudava, foi monitor de natação desde pequeno. Em seguida, tornou-se atleta, participando de alguns campeonatos estaduais de natação e polo aquático. Por falta de tempo, afastou-se das competições. Após três anos atuando como monitor, abandonou a natação e resolveu jogar voleibol. Entrou na UFRGS em 1974 para cursar Educação Física e, durante a faculdade, foi convidado a ser professor e técnico de natação do Grêmio Náutico União.

Ao mesmo tempo, dava aulas de voleibol na Sogipa. Já na metade do curso, teve que optar entre um dos dois esportes, pois não tinha mais tempo. Acabou escolhendo a natação, por haver atletas despontando como competidores em âmbito nacional. Depois de formado, foi convidado a montar uma equipe para acabar com a hegemonia do União nas piscinas, feito que alcançou depois de quatro anos de trabalho. Nesse meio tempo, começou a trabalhar em um programa de natação para pessoas com necessidades especiais. Trabalhou com deficientes físicos e mentais durante oito anos, dando aula particular e em equipe.

Conquista que ninguém viu – Uma experiência marcante de sua juventude foi uma competição de voleibol em Curitiba. No ano de 1976, a equipe de vôlei da ACM viajou para disputar um campeonato quadrangular. Na semifinal, enfrentaram o time do Santos, antigo campeão. Perderam o primeiro set por 15x0 e o segundo por 15x1. Toda torcida deixou o estádio antes do começo do terceiro set, decepcionada. Krueel e seus companheiros de equipe acabaram virando a partida e vencendo por 3 sets a 2. No dia da final, ele conta que a torcida perguntou para eles se o jogo ia ser um vexame de novo, se iriam perder. Quando explicado que eles tinham ganhado a partida anterior, ninguém quis acreditar. Acabaram sagrando-se campeões sobre o Flamengo. Essa competição o marcou bastante por mostrar o quanto uma partida pode mudar.

Para trabalhar em seus projetos, o professor procura estudantes da graduação que estejam entre o final do primeiro semestre e o início do terceiro, para que possam ficar, pelo menos, três anos no grupo para uma formação diferenciada. “Considero que consegui implantar coisas dentro do grupo que são interessantes e importantes, dentro da minha percepção de universidade, como a integração entre ensino, pesquisa e extensão”, relata Krueel. Para ele, muitas vezes essa união até está no regimento, mas não é colocada em prática. Sua paixão pela pesquisa também conseguiu ser transmitida aos estudantes: “Tenho alunos da iniciação científica ou do pós-doutorado trabalhando comigo há 12 anos”, conta orgulhoso.

Manuela Martins Ramos, estudante do 3.º semestre de Jornalismo da Fabico



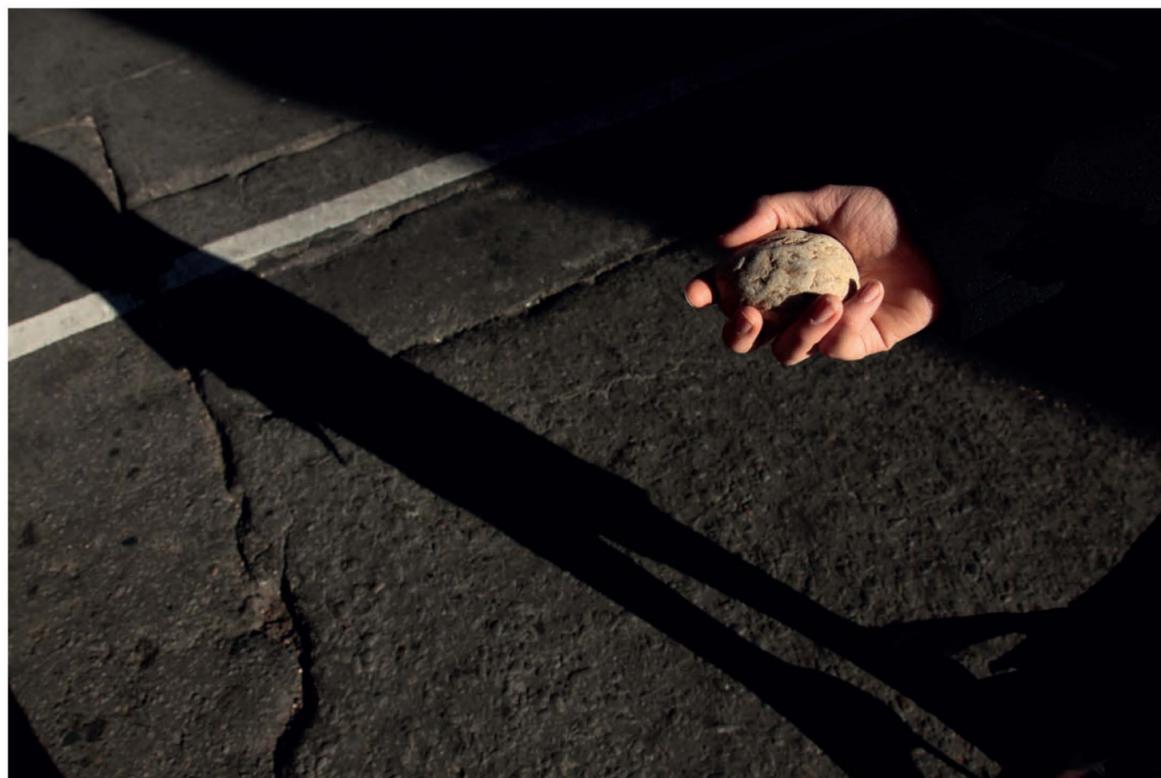
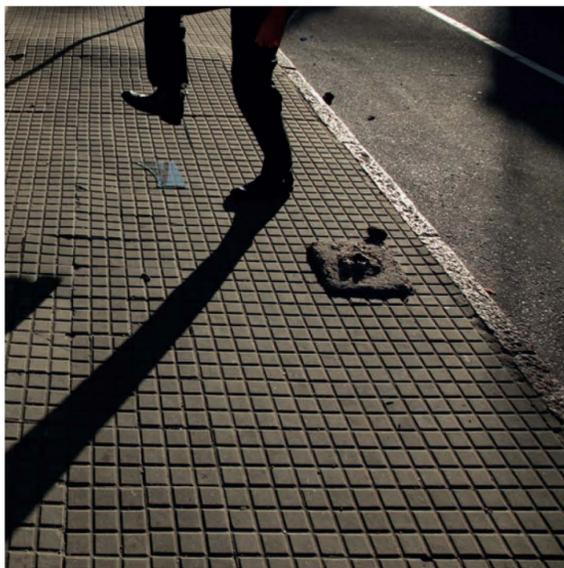
FLÁVIO DUTRA/JU



O Instituto Estadual de Artes Visuais (IEAVi) apresenta, nos espaços da Casa de Cultura Mário Quintana, três exposições selecionadas no 2.º Prêmio IEAVi – Incentivo à Produção de Artes Visuais. São elas: “Embarque Transbordo: Desenhos, Ruidos e Polifonias Urbanas”, de Diego Deodato (na Galeria Augusto Meyer); “Os Caminhos Por Onde Andei Me Levaram Até Você”, de Graziela Salvatori (no Espaço Maurício Rosenblatt); e “Do Lado de Fora de um Quarto Fechado”, do grupo Ío (na Fotogaleria Virgílio Calegari).

As imagens desta página são fotografias do grupo Ío que, segundo seus componentes, *se debruçam sobre um tempo comprimido sob gigantesca pressão, se curvando sobre si mesmo, triturado em pedaços cada vez menores. Mármore, veludo, vidro, chocolate, sangue, terra em uma única massa em movimento. No vácuo, em um silêncio assustador. Não há mais sucessão de eventos ou uma lógica clara, apenas pequenas instruções sem sentido aparente, dispostas à sua frente como um ponto cego ou um segredo – que você sabe que é incapaz de guardar.*

Do outro lado de um FOTOS quarto fechado io



Ío É COMPOSTO POR LAURA CATTANI E MUNIR KLAMT. AS EXPOSIÇÕES DO IEAVI FICAM EM CARTAZ ATÉ 20 DE JANEIRO, NA CCMQ, COM VISITAÇÃO A PARTIR DAS 9H E FECHAMENTO ÀS 21H (HORÁRIOS ESPECIAIS NAS SEGUNDAS-FEIRAS, A PARTIR DAS 14H; DOMINGOS E FERIADOS, A PARTIR DAS 12H). ENTRADA FRANCA.

Desplugue-se, viva seu tempo livre

Lazer

Esta edição transita por um território muitas vezes esquecido entre os trabalhadores contumazes e que, dizem especialistas, faz bem à saúde: as férias. Mas para conquistar esse estado de desfrute é preciso vencer vícios, como o de estar sempre conectado ou o de ter um sentimento de culpa por ocupar-se de si

TEXTO **JACIRA CABRAL DA SILVEIRA**

COLABOROU **PRISCILA KICHLER PACHECO**

ILUSTRAÇÕES **CARLOS EDUARDO GALON/NIQ**

Mais uma vez é verão. Depois de cumprir todos os compromissos de fechamento do semestre acadêmico (ou quase todos), prestigiar formaturas e comparecer às festas de final de ano, é chegada a hora de aproveitar as férias! Sejam 10, 15 ou 30 dias, não importa, o que vale mesmo é poder desconectar-se e desfrutar do tempo livre.

Esse exercício de desligar-se, entretanto, tem assumido um caráter ainda mais desafiador com a chegada em nossas vidas das tecnologias de modo geral e das tecnologias de comunicação em especial (TICs). Segundo dados da Anatel, até novembro deste ano foram vendidos 260 milhões de celulares no Brasil, sendo que 20% destes com banda larga móvel (3G). O mesmo estudo revela que 17 milhões de pessoas têm banda larga em casa; 83,4 milhões acessam a internet; e existem pelo menos 99 milhões de computadores em uso.

A internet já não se restringe ao computador, podendo ser acessada sem limites pelo celular em parques, restaurantes, aeroportos, etc. É difícil não estar conectado, resistir à tentação de dar uma conferida na caixa do correio eletrônico ou torpedear mensagens, seja por compromissos profissionais ou sociais.

Produtividade – O trabalho absorvente da universidade, por sua vez, vai muito além da adesão às redes sociais ou da dependência do celular e do e-mail, que fazem do homem contemporâneo um conectado compulsivo. A produtividade: essa é uma das metas de todo professor-pesquisador – e por extensão de seus alunos – para garantir a continua-

de de sua linha de pesquisa e a progressão na carreira, objetivos que acabam tirando o sono de muita gente. Periodicamente é preciso comprovar o mérito científico do projeto; a relevância do tema, a originalidade e a repercussão da produção científica; a formação de recursos humanos em pesquisa; a contribuição científica, tecnológica e de inovadora, incluindo patentes; a coordenação ou a participação em projetos e/ou redes de pesquisa; a inserção internacional; a participação como editor científico; a gestão científica e acadêmica. Durma com tamanha cobrança!

É claro que tanto esforço traz recompensas. Na primeira semana de dezembro passado, o ministro da Educação Aloízio Mercadante divulgou os indicadores de qualidade da educação superior no Brasil, dentre os quais a UFRGS despontou como uma das onze melhores instituições de ensino superior brasileiras e conquistou o primeiro lugar no grupo das universidades, registrando o mais alto Índice Geral de Cursos do país. Com esse resultado, a Universidade mais uma vez atinge o conceito 5, valor máximo do IGC calculado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Mas descansar é preciso, por mais difícil que seja driblar a agenda. Com foco na saúde do trabalho, o médico e sociólogo Álvaro Roberto Crespo Merlo, professor da Faculdade de Medicina da UFRGS, preocupa-se com o fato de as pessoas, e especialmente os docentes, não se desconnectarem nunca de seus compromissos profissionais: “Eu, como estudo essa área, procuro botar o pé no freio, tentando separar o mundo do trabalho do

mundo doméstico. Mas é uma coisa muito difícil de fazer, especialmente por causa das novas tecnologias”.

Ócio – Para a psicóloga e doutora em ócio Ieda Rhoden, desplugar-se deveria ser uma atitude diária, um exercício frequente de ligar-se em si mesmo, buscando ressignificações. Professora da pós-graduação do curso de Psicologia da Unisinos, ela afirma que o estilo de vida atual está na contramão em relação ao que o ser humano precisa por natureza. “As pessoas deixam-se viver sob pressão constante e fazem muitas coisas sem consciência do que estão fazendo”, adverte.

Por isso, nesse contexto conturbado, mesmo reconhecendo que as férias sejam insuficientes para dar conta da demanda interna do indivíduo, ela considera que esse tempo representa um oásis numa rotina de atividades e compromissos. Defensora de uma prática mais frequente de experiências de ócio, Ieda afirma que o sujeito, por meio dessas práticas, percebe-se autor do que faz desde o início da ação até o momento em que decide parar, em um processo de entrega prazerosa que se dá sem a alienação tão comum às atividades rotineiras: “Ócio se constitui numa experiência pessoal, subjetiva, na qual o indivíduo tem uma série de sensações e sentimentos específicos, entre eles necessariamente a percepção de liberdade”, explica.

Quanto às TICs, a especialista concorda que seu uso facilita a vida das pessoas, mas observa que é necessário haver uma dosagem da intensidade dessa utilização. Ela, por exemplo, esquece com regularidade seu aparelho celular em casa e não fica desesperada, como alguns de seus conhecidos e colegas. Isso que ela também trabalha como autônoma, prestando assistência a empresas: “Se o assunto for mesmo sério, eles dão um jeito de me encontrar. Do contrário, respondo logo que puder”.

Ieda diz ter conquistado esse equilíbrio à medida que foi tendo clareza do que realmente importa em sua vida.



Contagem regressiva

Antes de sair de férias, Lavinia Schüler-Faccini, docente do departamento de Genética do Instituto de Biociências da UFRGS, programa uma resposta automática em seu e-mail, avisando o período em que estará incomunicável: “É fundamental para mim, que já fui dependente do trabalho”, admite.

Lavinia é uma das professoras com quem a reportagem do Caderno JU conversou para abordar o primeiro tema de 2013: a importância de desfrutar um tempo livre. Todos responderam a perguntas do tipo: Como é teu dia a dia, considerando o tempo dedicado ao trabalho e o destinado à atividade livre? Em que medida o uso do celular e o acesso a redes sociais fazem parte de tua rotina? Planejas o teu tempo livre? Consegues esquecer completamente do trabalho durante as férias ou o tempo livre?

“Tenho um contador de férias no computador. Eu o aciono quando volto de férias. Agora tá marcando 48 dias. Assim que volto de uma viagem, já estou planejando a próxima. E é um planejamento gostoso porque é como se já fosse um pouquinho das minhas férias ao longo do ano”, revela Luis Alberto Segovia, professor do departamento de Engenharia Civil da Escola de Engenharia da Universidade.

Para Celso Loureiro Chaves, docente do departamento de Música do Instituto de Artes, não há tamanha antecipação. Ele começa a se desconectar somente quando percebe que não há mais chance de entrar em contato nem de ser encontrado: “Eu desconecto quando não tem volta...”. Geralmente o processo de se desplugar ocorre quando Celso embarca no transporte no qual fará sua viagem. Como gosta de dirigir, esse momento muitas vezes o pega ao volante: “Aí vamos para a etapa que se apresenta”,

diz com naturalidade.

Maria Ceci Araujo Misoczky, professora da pós-graduação da Escola de Administração, prefere férias curtas e mais de uma por ano. “Como saio por 15 dias, é importante ir entrando no ritmo aos poucos, antes do primeiro dia de férias”, detalha. Nesse período ela não abre e-mails e, se está fora do país, não liga o celular. E como seu companheiro não deixa de se conectar pelo menos uma vez ao dia, por causa da sua paixão pelo futebol, ela fica tranquila: “Se houver algum problema familiar que necessite de contato urgente, todos sabem que deve ser através dele”, diz a caroneira de telefone.

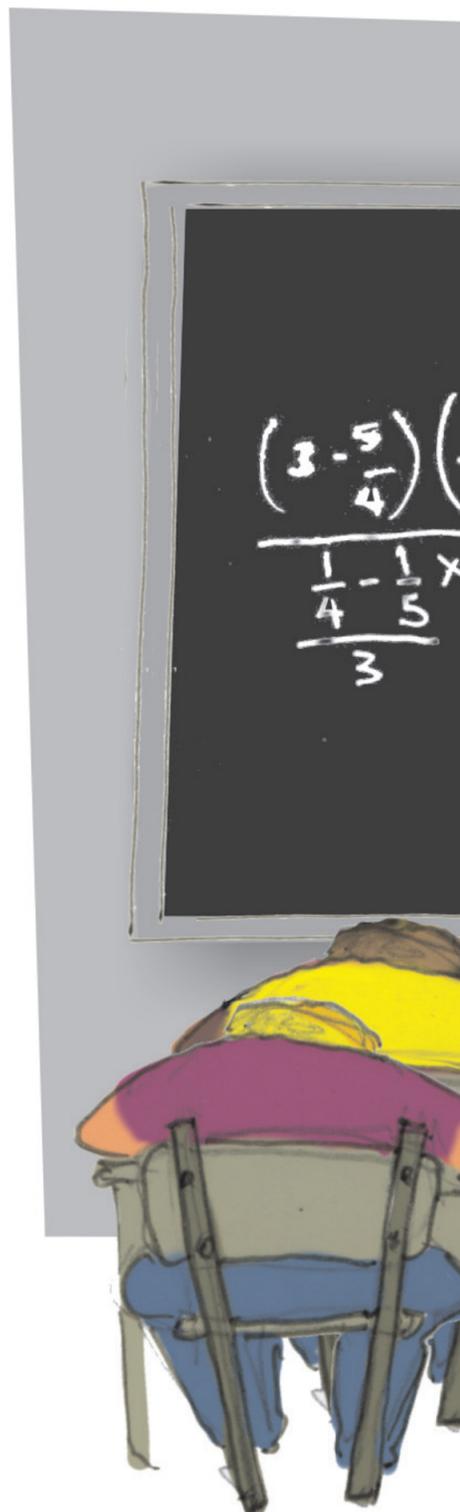
Aprendizados – Porém, essa disposição para o ócio convive ao longo do ano com muito trabalho. “O problema é que professor nem sempre consegue parar de trabalhar, e às vezes eu quebro minha regra e acabo levando provas pra corrigir, ou coisas assim”, observa Segovia, acrescentando que em geral consegue separar as coisas e não levar trabalho pra casa.

A semana de Celso também é bastante cheia, e ele confessa que seu tempo todo é ocupado com atividades profissionais, sejam acadêmico-administrativas ou didático-pedagógicas. Embora no final do dia sobre tempo, falta energia: “Tempo de relógio há, mas não há mais energia”. Admitindo gostar muito do que faz, afirma que o trabalho torna-se absorvente e invade o que poderia ser tempo livre. Isso vai de segunda a sexta, e é necessário um dia inteiro para não fazer qualquer atividade relacionada ao trabalho, mas: “No domingo já começo a preparar a semana: aulas, e-mails, correção de textos, coisas que não podem ficar para a segunda-feira”, detalha.

O mesmo acontecia com Lavinia, que costumava levar trabalho para casa nos finais de semana. Só que, invariavelmente, sentia-se acabada às segundas-feiras: “Com a cabeça cheia, cansada”, conta. Hoje, faz questão de tomar café na cama lendo o jornal antes de sair de casa e começar seu dia entre o departamento de Genética, no Câmpus Saúde, e o Hospital de Clínicas. Às 17h30min, ela vai para casa, faz academia, prepara o jantar e chama o esposo e o filho para se sentarem à mesa com ela: “E tem que elogiar a comida”, brinca. Mas não resiste a consultar sua caixa de e-mails antes de dormir.

Lavinia identifica dois momentos determinantes em sua vida que a fizeram repensar sua dependência do trabalho: “Eu era uma *workaholic*”, classifica-se. O primeiro foi quando nasceu Fernando, seu filho que hoje está com 16 anos, e ela precisava encontrar tempo para estar com ele. O segundo, quando notou que todos em casa abandonavam-se em seus computadores, uns de costas para os outros, isolados-juntos. Então criou o momento mãe e filho, no qual ela e o garoto, então com 12 anos, liam juntos ou faziam outra atividade de lazer.

Maria Ceci, que durante a semana está quase o tempo todo envolvida direta ou indiretamente com o trabalho, assim como Lavinia, assume sua dependência: “Durante o horário de trabalho, quando não estou em sala de aula, fico todo tempo conectada”. Em casa, entretanto, procura amenizar desligando o celular sempre às 22h, e no final de semana evita a internet: “Só me conecto se tiver algo muito pontual a fazer”. Além de guardar a noite para estar em casa, ela diz que não abre mão do horário sagrado do pilates.



Hora de ler na rede

“Descobri que nas férias eu tenho de sair de Porto Alegre. Já tive essa ilusão de ficar aqui para ir ao cinema, fazer aquelas coisas maravilhosas que todo mundo pensa em fazer, como cuidar das plantinhas em casa, etc., mas tudo isso fica muito próximo do computador e acabo trabalhando”, reconhece Lavinia, ao revelar não conseguir pôr em prática os planos que faz quando passa as férias na capital. “Com isso, aprendi a não fazer muitos planos. Outra coisa que não faço é marcar consultas médicas. Ocupa tempo. E quando vejo as férias já acabaram e estou morta de cansada”, completa.

Durante o período de férias, Luis Alberto diz que consegue se desconectar por completo. A fim de evitar qualquer tipo de estresse, o professor conta que planeja o tempo em que estará ausente do trabalho de forma que sua presença não seja indispensável: “Esqueço completamente do trabalho. Claro, não literalmente, sei que tenho de voltar. Mas eu consigo me desconectar. Por sorte, conto com colegas que também são meus amigos e trabalho com equipes muito competentes, que tomam conta de tudo quando saio de férias. Então, sim, consigo me desconectar. E tem de ser assim, ou as férias não são completas, perdem a razão de ser”.

O mesmo não acontece com Maria Ceci. Para a professora de Administração, esquecer inteiramente o trabalho é impossível. “Porque somos seres integrais, não possuímos comparti-

mentos que podem ser abertos ou fechados em diferentes momentos”, justifica. Ela explica que, como prefere passar as férias na cidade, no fim acaba por unir as duas coisas: “Vou a livrarias e compro livros ou anoto títulos relacionados ao trabalho para depois comprar pela internet. E isso acaba entrando na cota do lazer – nada melhor do que ter tempo para explorar livrarias e lojas de música. Isso porque minhas férias são sempre em espaços urbanos. Não faço o gênero praia e coqueiros”.

Para não se preocupar – O direito a férias anuais foi instituído no Brasil em 31 de dezembro de 1925 pela Lei 4.982. As férias, afinal, são um direito ligado à saúde e fundamentais, na medida em que atingem as condições fisiológica, econômica, psicológica, cultural, política e social do indivíduo. O período de 30 dias é destinado ao descanso e ao relaxamento, e nesse contexto entram as experiências de ócio. “Ócio abrange uma ampla gama de atividades. São experiências pessoais, depende de cada um. Desde o não fazer nada e descansar até curtir um bom cinema, uma boa literatura, viajar, enfim”, sugere Luis Alberto. O professor, que não usa celular, considera esses momentos indispensáveis e acredita que estejam relacionados ao prazer pessoal: “Envolve soltar um pouco a imaginação, no sentido de recarregar as baterias da forma que, naquele momento, tu achares melhor. Pode ser não fazer nada ou via-

jar, ler um livro, ver um filme, ir a um concerto, qualquer coisa que dê prazer à pessoa”.

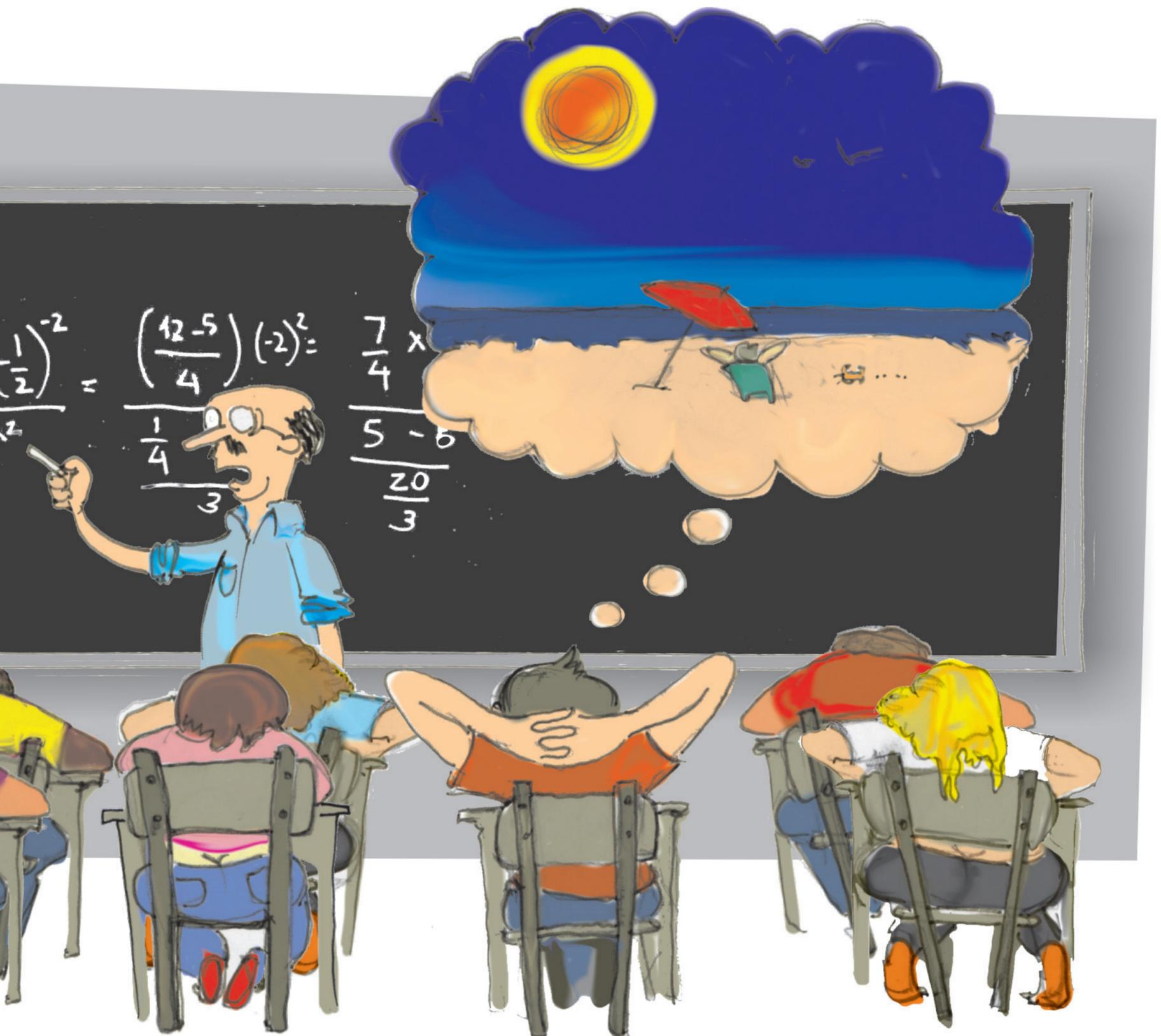
Para Celso, “ócio é dar-se a oportunidade de não fazer absolutamente nada e, se for possível, não pensar em absolutamente nada também”. Maria Ceci resume tais experiências em uma palavra: “Vadiar!”. Cada um encara e aproveita à sua própria maneira os espaços de tempo reservados ao descanso e ao desfrute pessoal. Mas, de forma geral, esses períodos são vistos como cruciais para a saúde.

A dica é lembrar que se está de férias, que é tempo para não se estressar

“Agora, no horário de verão, por exemplo, meu ócio é caminhar, ler livros que não tenham nada a ver com genética, essas coisas. Há pouco tempo eu estava no meu ciclo de literatura russa. Outra coisa de que gosto é estudar línguas. Estou estudando francês, então leio romances em francês também”, conta Lavinia. A professora, que admite ser bastante absorvida pelo trabalho, considera os momentos de tempo livre fundamentais para a convivência com a família e o bem-estar.

Professor de música na UFRGS há mais de 30 anos, Celso percebe o tempo livre como uma oportunidade de reconstituição: “É uma chance de restaurar as forças. É um tempo de restauração para que eu possa enfrentar o dia a dia. O que é positivo é que tenho conseguido manter uma atividade profissional que é também pessoal. Mas, pra mim, isso tudo é um conjunto, não tem separação”. Perguntado se a falta de tempo o impede de fazer algo, o professor é direto: “O importante não é escolher uma coisa para fazer mais, mas fazer equilibradamente todas as coisas que se faz com prazer”.

Nas férias, por exemplo, Celso costuma viajar. Mesma escolha de Luis Alberto, que diz que, se lhe sobrasse mais tempo, viajaria ainda mais. E, uma vez de férias, o professor aconselha: “É bem simples. A dica que eu dou é lembrar que se está de férias. E que elas são exatamente um tempo para não se estressar, para descansar. Porque o melhor de estar em férias é não se preocupar”.



Vai dar tudo certo

A frase acima é quase um mantra. Ela exemplifica o tipo de resposta que a geneticista Lavinia ensaia para responder às inúmeras solicitações assim que volta ao trabalho depois das férias.

“A primeira semana é horrível”, reconhece, mas diz que já desenvolveu estratégias que amenizam o impacto do retorno e ensina: “Respira profundo, faz de conta que tu és um robô, sorri pra todo mundo e aprende a dizer pra cada um que te procura: ‘Estou chegando de férias, vou resolver isso, não te assuste que vai dar tudo certo’”, ri ao lembrar. Lavinia também recomenda que se evite planejar o retorno no final das férias: “É um erro que pode estragar tudo”.

Maria Ceci também considera complicados os primeiros dias de retorno ao trabalho. Justifica tal desconforto pelo período em que ficou completamente

desconectada de tudo e de todos: “Dá até medo de abrir a caixa de mensagens”. Depois de alguns dias, a professora garante que a rotina volta ao normal, desde que as pendências acumuladas tenham sido vencidas.

Nem todos, entretanto, sentem dificuldade de retornar à rotina profissional. Celso encontra-se nesse grupo. “É imediato: eu chego e já estou conectado, não tem uma desconexão amnésica, toda a memória aparentemente se foi, mas basta pisar aqui de volta e tudo se reconecta instantaneamente”, descreve.

Luis Alberto concorda com Celso e diz que o processo da volta é tranquilo. Ele gosta especialmente de reencontrar os colegas, conversar com eles durante o almoço ou quando os revê nos corredores da Universidade. “Não tenho problema pra sair de férias nem pra voltar”, resume.

A escolha de cada um – Mesmo que a volta ao trabalho não o incomode, Luis Alberto considera que é desproporcional o tempo destinado ao trabalho e o dedicado ao lazer. “Cinco dias úteis e dois de final de semana é pouco, deveríamos ter só quatro dias úteis.” E se tivesse de escolher alguma atividade para fazer em seu tempo livre, a resposta vem rápida: “Viajar, porque exige que tu saias do teu ambiente cotidiano, e isso é bom”.

Essa também seria a opção de Maria Ceci: “Eu iria a Buenos Aires pelo menos quatro vezes por ano”, especifica. Também dedicaria mais tempo a leituras não relacionadas diretamente ao trabalho. Outra distração seria assistir a mais filmes, mas evitaria fazê-lo nas salas de cinema para não precisar “conviver com os comedores de pipoca e aquelas pessoas que tagarelam como se estivessem nas suas casas”.

Celso, ao contrário, não elegeria nenhuma atividade especial: “Ia me chatear”, assegura. Para o músico e professor, o importante é o equilíbrio: “Por isso não existe algo que eu pudesse escolher para fazer mais do que faço, seria um tédio. Dar aula me dá prazer, assim como a arte que eu faço quando estou no palco”, diz o músico-professor.

Reminiscências do tempo livre

Da Idade Média até a Idade Moderna as pessoas eram obrigadas a parar de trabalhar nos dias santos e aos domingos. “Para muitas religiões, originariamente, a noção de lazer está relacionada ao não trabalho, mas um não trabalho que é substituído por um momento de devoção”, explica a antropóloga e professora do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, Maria Eunice de Souza Maciel.

No período colonial, a docente comenta, o tempo livre dos escravos era encarado não apenas como um desperdício, mas como um momento perigoso: “Escravo sem trabalho começa a pensar e a se rebelar”. Em visita às ruínas da Fazenda Santa Clara, no município de Santa Rita de Jacutinga, em Minas Gerais, ela diz ter visto estradas que levavam do nada a lugar nenhum: “Era uma forma de ocupar os escravos”, explica.

De acordo com a pesquisadora, a maioria dos estudos sobre o fenômeno do lazer enfoca sua atuação enquanto contraposição

ao trabalho. O tempo destinado às atividades de lazer seria o tempo de “não trabalho” e viria da necessidade de fugir temporariamente das rotinas e alienações provocadas pelo trabalho formal, que surge após a Revolução Industrial, mudando a relação dos indivíduos com a sua busca pela subsistência.

Essa ruptura com o ritmo “natural” de trabalho, para o doutor em Educação Física pela Unicamp Fernando Mascarenhas, implicou uma verdadeira revolução do tempo social, opondo tempo livre a tempo de trabalho. A produtividade, então, expressa pela nova disciplina do relógio, torna-se a grande inimiga do ócio, invadindo a esfera do tempo livre e buscando conciliá-lo ao trabalho. “É nesse movimento de administração do tempo livre, de luta contra os valores, hábitos e comportamentos inerentes ao ócio que podemos localizar o aparecimento do lazer, fenômeno condizente com a ideologia da sociedade industrial”, expõe o professor.



Trabalhador rastreado

No cartaz, a operadora avisa: “O serviço Radar 2.0 permitirá que o dono/administrador de uma empresa monitore a localização aproximada de seus aparelhos celulares, podendo visualizá-la em um painel de controle acessível via internet de forma fácil e segura”.

Na avaliação do coordenador do Laboratório de Psicodinâmica do Trabalho, vinculado ao Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS, o médico Álvaro Roberto Crespo Merlo, ainda que as novas tecnologias não sejam prejudiciais por si só, podem se tornar um instrumento nocivo à saúde mental do trabalhador. Tudo vai depender da forma de uso das empresas.

Esse monitoramento permanente, de acordo com Álvaro, é uma das estratégias que caracterizam o novo modelo de gerenciamento praticado no setor privado, que busca o controle individual de produtividade. Para o professor, as tecnologias de informação e comunicação potencializam a atual cultura do trabalho na contaminação dos espaços privados: “Agora você pode saber onde está o seu trabalhador para otimizar a produção da empresa”.

As consequências dessas e de outras práticas de gerenciamento, que estão sendo incorporadas também no setor público, vêm sendo identificadas como causadoras de novas enfermidades diagnosticadas no laboratório coordenado por Álvaro: “Observamos alguns casos estranhos nos últimos três anos, certamente devido às transformações no mundo do trabalho”. Para ilustrar, cita o exemplo de uma jovem que sofria com o fato de estar em uma sala onde houvesse um aparelho de telefone: “Ela entrava em pânico”.

Outro problema recorrente no atual modelo de gerenciamento é o assédio moral que, de acordo com o professor, virou um instrumento para fazer as pessoas produzirem mais: “Na verdade, não o assédio moral, mas o insulto. Destruir as pessoas virou moeda corrente”.

E esse insulto tem como foco a identidade do trabalhador: “O trabalho, do ponto de vista da saúde mental, serve para construir o que a gente é, a nossa identidade. Por isso, quando se ataca o trabalho, se combate algo que é fundamental para o indivíduo. E com isso tu desmontas alguma coisa fundamental para construir a identidade do dia a dia dessa pessoa, porque a identidade vai sendo construída por toda a vida, e muito pelo trabalho”.

Nosso ócio de cada dia

O tempo livre se caracteriza por ser todo o tempo disponível de cada indivíduo além do período de trabalho e pode se dividir entre experiências de lazer e de ócio. Professora há mais de 20 anos e primeira a estudar o ócio no Brasil, Ieda Rhoden trabalha com o conceito de ócio construtivo e explica que ócio e lazer são coisas diferentes: “Na prática, alguns lazers contêm experiências de ócio, mas nem toda experiência de ócio é lazer. São categorias diferentes. O ócio é uma categoria psíquica”.

O lazer, por sua vez, é definido como o grupo de atividades praticadas no tempo livre, desde exercício físico ao almoço em família, mas que nem sempre serão prazerosas. “É uma convenção social de atividades realizadas depois do trabalho. Está demarcado por uma cultura e por um relógio”, ressalta Ieda.

Por outro lado, o ócio “se constitui numa experiência pessoal, subjetiva, na qual o indivíduo tem uma série de

sensações e sentimentos específicos, entre eles necessariamente a percepção de liberdade”. São experiências que nos desenvolvem como seres humanos, que presuem uma entrega e estão intimamente relacionadas às sensações de felicidade e satisfação pessoal.

As atividades de ócio, segundo a professora, são agrupadas em função das necessidades humanas. Essas necessidades, fruto do que o indivíduo busca para si, são divididas em cinco categorias. Em primeiro lugar, a necessidade de encontro humano, que engloba um conjunto de atividades de relação interpessoal, como viagens em grupo ou sair com amigos. Depois, a necessidade de movimento, de que fazem parte exercícios físicos e atividades corporais.

A terceira necessidade é a sensorial: atividades que desenvolvem uma série de habilidades humanas e a capacidade de organização mental e emocional.

“São atividades artísticas e culturais de ordem passiva ou ativa. As passivas são aquelas em o indivíduo é espectador – mas mesmo assim desenvolve a criatividade, a emoção, a fantasia e o senso estético. E as ativas se dão quando a pessoa monta uma banda, por exemplo, ou um grupo de teatro, pinta, borda, dança”, explicita Ieda. A necessidade do meio ambiente se traduz em atividades ao ar livre, quando a pessoa busca o encontro com a natureza, como acampamentos, caminhadas, banhos de rio.

Por fim, ela cita a necessidade de introspecção, que coloca o indivíduo em contato consigo mesmo, simplesmente para parar e não fazer nada. “É essa a experiência que leva as pessoas a pensarem que ócio é sinônimo de não fazer nada. Não é assim. Uma pessoa parada, olhando o vazio, pode estar absorva em seus pensamentos, refletindo sobre sua vida, e isso não é uma perda de tempo”, assegura a professora.

“Ainda que as novas tecnologias não sejam prejudiciais por si só, podem se tornar um instrumento nocivo à saúde mental do trabalhador”

Álvaro Merlo
Coordenador do Laboratório de
Psicodinâmica do Trabalho